

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural



Dissertação de Mestrado

Bons Vizinhos avocam para si a resolução de conflitos? Uma etnografia com moradoras do Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida “Residencial Eldorado” de Pelotas/RS, que participaram de um projeto da Justiça Restaurativa e seus desdobramentos.

Ana Laura da Silveira Girão

Pelotas, 2020

Ana Laura da Silveira Girão

Bons Vizinhos avocam para si a resolução de conflitos?

Uma etnografia com moradoras do Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida “Residencial Eldorado” de Pelotas/RS, que participaram de um projeto da Justiça Restaurativa e seus desdobramentos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas como requisito à obtenção do título Mestre em Antropologia Social e Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Pereira Neto

Pelotas, 2020

Ana Laura da Silveira Girão

Bons Vizinhos avocam para si a resolução de conflitos? Uma etnografia com moradoras do Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida “Residencial Eldorado” de Pelotas/RS, que participaram de um projeto da Justiça Restaurativa e seus desdobramentos.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social e Cultural, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30 de novembro de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto (Orientador)
Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Flávia Maria Silva Rieth (Examinadora Interna)
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Louise Prado Alfonso (Examinadora Interna)
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Cláudia Tirelli (Examinadora Externa)
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, em quem confio e de quem dependo.

Ao meu orientador, professor Francisco Pereira Neto, por combinar na medida certa a compreensão e a exigência, que me fizeram evoluir e propiciaram que eu me enxergasse como uma pesquisadora.

Aos professores do PPGAnt que ministraram aulas para mim, por terem dividido seus conhecimentos em Antropologia.

À Flávia, colega das disciplinas, pela parceria.

Aos colegas da turma de 2018, pela parceria e pelas trocas durante as Terapias Antropológicas para Pesquisadores Anônimos, nosso grupo TAPA.

À Juliana, por ter apresentado a Antropologia a mim.

Às minhas interlocutoras, duas mulheres encantadoras, por me possibilitarem a experiência etnográfica.

Ao Dr. Marcelo e ao Francisco, por compartilharem comigo suas experiências com o Projeto Bons Vizinhos e a Justiça Restaurativa.

Aos colegas do IFM/UFPel, pelo incentivo e pelo ambiente alegre em que desenvolvemos nosso trabalho.

Aos amigos que torceram e rezaram por mim, pela afinidade.

Aos meus familiares, pelo amor e apoio recebido.

Resumo

GIRÃO, Ana Laura da Silveira. Bons Vizinhos avocam para si a resolução de conflitos? Uma etnografia com moradoras do Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida “Residencial Eldorado” de Pelotas/RS, que participaram de um projeto da Justiça Restaurativa e seus desdobramentos. 2020. 89 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

O presente estudo tem como objetivo compreender de que forma o Projeto Bons Vizinhos, em se tratando de uma proposta do Poder Judiciário, foi assumido pelos moradores do Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida Residencial Eldorado e entender quais os limites e as possibilidades para que o mesmo se torne uma política pública de segurança, que se consolide na cidade de Pelotas, considerando sua participação no conjunto de estratégias denominado Pacto Pelotas Pela Paz. A pesquisa sobre Projeto Bons Vizinhos proporcionou um melhor discernimento a respeito da Justiça Restaurativa, tendo em vista que sua metodologia consiste na abordagem circular dessa proposta, denominada Círculos de Construção da Paz, através dos quais, os moradores que participaram dos encontros foram estimulados a desenvolver a habilidade de resolver prováveis conflitos, por meio do diálogo. O presente trabalho contou com a interlocução de duas moradoras do Residencial Eldorado, buscando captar, através de suas perspectivas, a natureza dos seus vínculos sociais e o seu significado de moradia.

Palavras-chave: bons vizinhos; política pública; segurança; círculos; restaurativa.

Abstract

GIRÃO, Ana Laura da Silveira. Do good neighbors assume for themselves the resolution of conflicts? An ethnography of dwellers of Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida “Residencial Eldorado” from Pelotas/RS, who took part in a project of Restorative Justice and its developments. 2020. 89 f. Dissertation (Masters in Anthropology Concentration - Area in Social and Cultural Anthropology) - Programa de Pós- Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

The objective of this study is to comprehend in which way the project “Bons Vizinhos”, as a proposal of the Judicial Power, was assumed by the dwellers of “Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida Residencial Eldorado”, and also to understand what are the limits and possibilities for this same project to become a consolidated public policy of security in the city of Pelotas, considering its participation in a set of strategies called “Pacto Pelotas Pela Paz”. The research about the project “Bons Vizinhos” provided a better understanding about Restorative Justice, given that its methodology consists in a circular approach of this proposal called Círculos de Construção da Paz, through which the dwellers who took part in the meetings were encouraged to develop the ability of solving likely conflicts by means of dialogue. This work relied on consultation with two dwellers of Residencial Eldorado, trying to capture, through their perspectives, the nature of their social bonds and their meaning of dwelling.

Keywords: good neighbors; public policy; security; circles; restorative.

Lista de Figuras

Figura 1 – Círculo de Construção da Paz na Praça da Rua 2 do Condomínio Residencial Eldorado, ao ar livre.....	47
Figura 2 - Círculo de Construção da Paz na Praça da Rua 2 do Condomínio Residencial Eldorado, sob a barraca.....	48
Figura 3 - Círculo de Construção da Paz no Condomínio Residencial Eldorado, na garagem da casa da Neiva	48
Figura 4 - Círculo de Construção da Paz no Condomínio Residencial Eldorado	57
Figura 5 - Casas do Condomínio Residencial Eldorado	58
Figura 6 - Transporte para os moradores do Residencial Eldorado.....	60
Figura 7 - Mapa do Condomínio Residencial Eldorado	62

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
FASE	Fundação de Apoio Socioeducativo do Rio Grande do Sul
PPGAnt	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
MCMV	Minha Casa Minha Vida
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
CEJUSC	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pelotas
PTTS	Projeto Trabalho Técnico Social
Cosulati	Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios Ltda.
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
SANEP	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
MOOVIT	Aplicativo de transporte público para <i>android</i> e <i>ios</i>
FAU/USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
CEF	Caixa Econômica Federal

Sumário

Introdução.....	9
1. Projeto Bons Vizinhos no contexto do Pacto Pelotas Pela Paz	14
1.1 O caso do Bar do Zé e a audiência pública	14
1.2 Projeto Bons Vizinhos: breve introdução.....	17
1.3 Construindo o objeto de pesquisa	18
1.4 Francisco e sua história com a Justiça Restaurativa	20
1.5 O Projeto Bons Vizinhos através da visão de seu proponente	25
1.6 Círculos de Construção da Paz: abordagem da Justiça Restaurativa utilizada na metodologia do Projeto Bons Vizinhos	28
1.7 O Projeto Bons Vizinhos como política preventiva: possibilidades e limites	34
2. Abordagem etnográfica: experiência de duas moradoras do Condomínio Residencial Eldorado	39
2.1 Neiva: ela, os filhos e sua mobilidade espacial pela periferia de Pelotas	39
2.2 Neiva, o Eldorado e o seu zelo pela Praça da Rua 2	45
2.3 Glória: a família e sua militância na organização popular	49
2.4 Glória e o Condomínio Eldorado	58
3. Como se constituiu o Projeto Bons Vizinhos no Condomínio Eldorado .	65
3.1 Projeto Bons Vizinhos como política do diálogo e de prevenção a conflitos	66
3.2 Círculos de Construção da Paz: compreendendo um pouco mais....	68
3.3 Projeto Bons Vizinhos: pode ser efetivamente uma política pública de segurança?.....	70
3.4 Projeto Bons Vizinhos: limites e possibilidades	72
3.4.1 Visão do CEJUSC	73
3.4.2 Experiência da Neiva	73
3.4.3 Experiência da Glória	75
3.5 Projeto Bons Vizinhos é capaz de produzir um direcionamento ético na construção de uma pessoa moral?	76
Considerações Finais.....	79
Referências Bibliográficas	83

Introdução

Considerando que o conhecimento na Antropologia tem por base o contexto, logo nosso discurso é influenciado pela nossa concepção a respeito dos conteúdos que tentamos compreender (BHABHA,1988). Sendo assim, é importante que, primeiramente, eu manifeste meu lugar de fala.

Cresci em uma família afrodescendente, moradora do bairro Três Vendas, em Pelotas, RS, de classe média baixa e católica praticante. Participo, desde o nascimento, da Comunidade Matriz da Paróquia Santa Teresinha, localizada no bairro em que resido. Durante minha infância/adolescência, a igreja passou por um processo de transformação. No contexto do pós Concílio Vaticano II (1962 – 1965), aconteceu a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla de Los Angeles, no México, em 1979, inaugurada pelo Papa João Paulo II. Esta conferência tinha o objetivo de discutir diretrizes para a evangelização no presente e no futuro da igreja da América Latina. Deste encontro foi gerado um documento, conhecido como Documento de Puebla, a partir do qual a igreja foi impulsionada a ter a mesma atitude de Jesus e fazer sua “Opção Preferencial pelos Pobres”.

Geradas na conjuntura do Concílio Vaticano II, mas confirmadas no Documento de Puebla, no final da década de 70 e início da década de 80, foram criadas as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) na Paróquia Santa Teresinha. Ditas comunidades, porque eram formadas por pessoas de mesma fé, pertencentes à mesma igreja e moradores da mesma área do bairro; eclesiais, porque ligadas à Igreja; e de base, porque compostas por pessoas que se encontravam na base da estrutura social. No início eu resisti, pois a Paróquia Santa Teresinha foi dividida em CEBs, e nós, que morávamos perto da matriz, passamos pela “síndrome do ninho vazio”, pois muitas pessoas, que participavam semanalmente das missas conosco, foram para suas recém-criadas comunidades. Entretanto, nesta época, além da Bíblia, tínhamos uma literatura de apoio, baseada nos escritos de Leonardo Boff e Frei Betto, grandes nomes da Teologia da Libertação. Lembro também de ter lido Carlos Mesters. Foi nesse período que passei da resistência ao encantamento.

Passou o tempo, o discurso de esquerda perdeu força, mas o meu olhar já estava voltado para o menos favorecido e então a CNBB propôs o tema “A Fraternidade e os Encarcerados” para a Campanha da Fraternidade do ano de 1997. Foi nesse tempo que me senti instigada a participar da Pastoral Carcerária, mas o trabalho e os filhos pequenos me fizeram esperar.

Há uns seis anos atrás, fiz uma visita ao CASE/Pelotas, junto com um grupo de jovens e o padre da Paróquia Santo Cura d’Ars. Fiquei muito tocada ao ver e conversar com os jovens, que em nada se diferenciavam de meu filho, mas estavam privados de sua liberdade. Saí de lá me perguntando por que eles precisavam estar lá? Ciente do meu interesse pelos adolescentes do CASE, o padre Luiz Boari, me convidou para participar da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Pelotas.

Considerando a minha curiosidade com o referido universo, a princípio, minha proposta de pesquisa seria ouvir egressos do CASE/Pelotas e entender que males os levaram a cometer infrações e, por conseguinte, cumprir medida socioeducativa. Também compreender como havia sido a experiência na instituição e, por fim, verificar se os propósitos da reintegração tinham sido alcançados. Não obstante, tenha solicitado o endereço dos egressos pessoalmente à direção do CASE/Pelotas, me apresentando como aluna de Mestrado em Antropologia e agente da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Pelotas e tenha sido muito bem recebida, não obtive sucesso. Ouviram minha solicitação e me disseram que fariam contato com a FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul) e que, se a mesma autorizasse, me passariam os endereços. Ficaram com meus números de telefones, endereço eletrônico, mas não me deram retorno algum.

Decidi, então, mudar minha proposta para algo mais viável. Tendo em vista que a Pastoral Carcerária está tentando formar grupos pelas paróquias da Arquidiocese de Pelotas, a fim de que os integrantes destes grupos visitem as famílias de presidiárias e presidiários, me prontifiquei a começar as visitas na área da minha paróquia, mesmo ainda não tendo um grupo formado. Há uma resistência muito grande por parte dos leigos em participar da Pastoral Carcerária, pois mesmo integrados na igreja, as pessoas pensam que quem está preso é porque cometeu um delito e, portanto, deve ser punido.

Conseqüentemente, consideram uma perda de tempo investir em qualquer ação que vá beneficiar este grupo de pessoas. Além disso, para este trabalho temos que buscar pessoas que tenham um perfil de respeito ao outro como ele é e com a crença que tem.

Entretanto, um casal da Comunidade Cristo Salvador, pertencente à Paróquia Santa Teresinha, antigos moradores do bairro Pestano, aceitaram fazer visitas naquela localidade comigo. Recebi os endereços dos apenados do Presídio Regional de Pelotas, pois a Pastoral Carcerária só visita o presídio, e no início do mês de dezembro de 2018, fiz minha primeira visita às famílias dos presidiários. Bastou essa primeira vez, para que eu percebesse que seria necessário muito tempo visitando as mesmas pessoas, a fim de que essas me falassem sobre o familiar apenado. Esta situação para o trabalho de agente da Pastoral Carcerária não traz nenhum problema, mas para a estudante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) traz e muito, pois precisava de resultados o mais rápido possível.

Fui aconselhada por professoras do PPGAnt a mudar minha pesquisa, sugeriram pesquisar a própria Pastoral Carcerária. Mas ao sair da aula, lembrei da Justiça Restaurativa, a qual conhecia pouco, mas tinha interesse em entender a sua lógica e, ainda, teria o acesso necessário através da própria Pastoral Carcerária. “Superar a justiça retributiva por meio da justiça restaurativa” é um dos objetivos da Pastoral Carcerária.

Ouvi falar pela primeira vez em Justiça Restaurativa no encontro de formação para agentes da Pastoral Carcerária, em maio de 2018. O padre Eduardo Luis Haas, secretário da Pastoral Carcerária RS, que presidiu o encontro, salientou que precisamos de uma justiça que não puna, mas que restaure a pessoa. Nos apresentou a Justiça Restaurativa, através de um exemplo verídico de encontro entre vítima e ofensor, cujo relato achei muito interessante. Contou que um jovem havia entrado em uma casa e amarrado a proprietária em uma cadeira, para roubar-lhe a televisão. O facilitador – forma como é chamada na Justiça Restaurativa a pessoa com formação e autorização para ajudar as partes envolvidas no conflito a chegarem a um consenso, sem indicar ou impor qualquer solução – fez contatos iniciais com a vítima e sua família e, da mesma forma, com o ofensor e pessoas próximas a este, que se

responsabilizaram pelo mesmo. Depois das tratativas, a vítima e seus familiares aceitaram participar de um encontro entre vítima e ofensor. Também o ofensor, seu padrinho e a diretora da escola, na qual ele estudava, concordaram em participar do referido encontro. Durante a reunião, o facilitador pediu ao ofensor que dissesse como se sentia em relação ao que tinha feito. O adolescente respondeu que não se sentia mal, pois não tinha machucado a vítima, apenas tinha lhe amarrado para pegar a sua televisão. O facilitador perguntou à vítima como se sentia em relação ao que o ofensor lhe tinha feito. A mulher respondeu que depois daquele dia sua vida virou um tormento, contraiu depressão e síndrome do pânico. Não conseguia mais fazer a lida da casa, não abria mais a casa, não deixava o filho brincar na rua, passava só chorando. O seu marido falou que também ele não podia mais trabalhar direito, visto que sua esposa se abateu a ponto de não conseguir cuidar do filho como antes. Segundo o relato do padre Eduardo, era notório a expressão de espanto no rosto do ofensor. Considerando que este tipo de encontro resulta na assinatura de um acordo, no qual o ofensor se responsabiliza a recompensar a vítima pelo malefício provocado, o facilitador perguntou à vítima e sua família de que forma o ofensor poderia reparar o dano que lhes tinha causado. Depois de pensarem um pouco, falaram que ele poderia cortar a grama do jardim. Foi combinado com os responsáveis que o adolescente cortaria a grama da casa da vítima, com uma determinada periodicidade. E isso aconteceu algumas vezes, até que um dia estava muito calor e a dona da casa perguntou ao rapaz se aceitava um copo de água. Ele aceitou, bebeu a água e agradeceu. A partir deste episódio, a família passou a conversar com o jovem. Depois de um tempo, ele foi convidado a tomar café com a família. O resultado foi a cura da mulher e o estabelecimento de uma relação de amizade com o jovem.

Essa história aguçou de tal forma minha curiosidade, que me vi muito satisfeita de ter a possibilidade de aprofundar minha compreensão sobre a Justiça Restaurativa. O objeto de minha pesquisa foi o Projeto Bons Vizinhos, aplicado no Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida “Residencial Eldorado”, em Pelotas, RS, cuja metodologia se constituiu de uma das abordagens da Justiça Restaurativa chamada de Círculos de Construção da Paz. Como estratégia metodológica para o desenvolvimento do estudo, além da

revisão bibliográfica, analisei documentos sobre o assunto, realizei entrevistas, estudei a trajetória de duas interlocutoras e realizei uma única observação participante, relativa ao último Círculo de Construção da Paz, pois quando iniciei o meu trabalho de campo, o Projeto Bons Vizinhos estava finalizando no referido condomínio.

No capítulo 1 apresento o Projeto Bons Vizinhos, seu objetivo, sua metodologia, sua inserção no Pacto Pelotas Pela Paz e no Trabalho Técnico Social. Relato como se deu a construção do objeto de pesquisa. Apresento o Projeto Bons Vizinhos pelo ponto de vista do facilitador e também do seu proponente. E finalmente analiso os limites e as possibilidades do Projeto Bons Vizinhos enquanto uma política preventiva.

O capítulo 2 é etnográfico e tem o objetivo de conhecer a trajetória de minhas interlocutoras até adquirirem sua casa própria, através do Programa Minha Casa Minha Vida. Compreender como transcorreu a experiência delas com o Projeto Bons Vizinhos, conhecer o Condomínio Eldorado a partir do que é significativo para cada uma e entender como se estabeleceram seus vínculos e sua interação no seu lugar de moradia.

O capítulo 3 é conclusivo, ou seja, pretende manifestar como o Projeto Bons Vizinhos se constituiu no Condomínio Residencial Eldorado, como os seus moradores tomaram posse da proposta feita pelo Poder Judiciário. Apresenta um relato sobre o último Círculo de Construção da Paz realizado no referido Condomínio. Analisa o Projeto Bons Vizinhos como uma política do diálogo para evitar conflitos, como uma política pública de segurança, expondo seus limites e possibilidades. Por fim, examina a sua capacidade de orientação ética que viabilize a formação de uma pessoa moral.

1. Projeto Bons Vizinhos no contexto do Pacto Pelotas Pela Paz

1.1 O caso do Bar do Zé e a audiência pública

Considerando que o Projeto Bons Vizinhos, objeto de minha pesquisa, é parte integrante do eixo da prevenção do Pacto Pelotas Pela Paz e considerando também que tive a possibilidade de assistir, via *facebook*, a uma audiência pública, transmitida pela TV Câmara Pelotas, que aconteceu no dia 16 de outubro de 2017, promovida pela Vereadora Fernanda Miranda do Partido Socialismo e Liberdade/PSol, com o objetivo de proporcionar ao cidadão pelotense um espaço para, junto com o Poder Público, sugerir ações que promovam a paz e não o medo. O propósito de mencionar esse evento está em mostrar as dificuldades de iniciativas não violentas se estabelecerem nas rotinas de segurança da cidade, pois meu objeto de estudo também é uma iniciativa não violenta, visto que sua metodologia é uma abordagem da Justiça Restaurativa, cujo principal objetivo é tratar questões conflituosas através do diálogo.

Na página do Pacto Pelotas Pela Paz, consta que o mesmo é “formado por um conjunto de estratégias que buscam a redução da criminalidade e a promoção de uma cultura de paz, a partir de ações que passam por toda a sociedade”. Entretanto, o que motivou a audiência foi uma abordagem realizada por policiais da Brigada Militar no Bar do Zé¹, avaliada como truculenta nas manifestações dos que estavam presentes. Observa-se que existe no Pacto uma intenção de produção de ações de caráter preventivo, com a finalidade de instauração de uma cultura de paz. Por outro lado, a audiência proporciona a discussão sobre uma ação do eixo de fiscalização do mesmo Pacto, baseada em ações repressivas que caracterizam as políticas de segurança pública no Brasil.

Foi perceptível na fala dos agentes públicos a convergência para uma política de segurança mais preventiva e igualitária, no entanto os relatos dos cidadãos sobre as ações policiais, referentes ao eixo da fiscalização, apresentam uma incoerência entre a busca de uma cultura de paz e o uso de

¹Bar noturno com música ao vivo, localizado na área do Porto, muito frequentado pela comunidade universitária de Pelotas.

uma violência anteposta. Pretende-se, portanto, debater sobre os limites e as possibilidades para a consolidação de tais políticas.

O Tenente Bruno, Secretário Municipal de Segurança Pública de Pelotas, apresentou o Pacto Pelotas Pela Paz como um conjunto de estratégias organizadas por especialistas com competência na área de segurança pública, sugerindo aos presentes que o mesmo é um programa que merece a confiança dos pelotenses. Entretanto, ao falar sobre o sossego público, manifestou que: “pessoas foram ao encontro da operação, para dizer que já estão conseguindo dormir em paz, principalmente os moradores de áreas de maior perturbação do sossego público, como a avenida Bento Gonçalves, a praia, o Trapiche e a avenida Dom Joaquim”. Através dessa fala o Tenente acabou revelando para quem estava sendo pensado o sossego público.

Por conta desse ato falho, ele recebeu muitas críticas. Destaco a manifestação de Flávia Chagas, professora do curso de Filosofia da UFPel, a qual salientou que, “através desta fala, fica mais claro entender que projeto de sociedade está sendo implementado em Pelotas, onde o pessoal da Dom Joaquim está muito bem, obrigada, e o pessoal dos bairros, da Getúlio Vargas, do Dunas, do Barro Duro, continua se queixando dos problemas de violência e da mortandade de jovens negros”.

O Major Facin apresentou o trabalho da Brigada e explicou a participação da instituição no Pacto. Colocou-se à disposição para dialogar com os cidadãos que se sentiram atingidos pela referida abordagem policial. O Major declarou que “a segurança pública inicia na educação, na família, nas oportunidades que a pessoa tem que ter”. Sua fala foi politicamente correta – feita de forma tranquila, educada, cuidadosa e sem deslizes – enunciada por quem está ciente quanto ao tipo de formação discursiva com que será confrontado. O interdito no discurso do Major é que ele conhece a forma pela qual são realizadas as abordagens policiais, tendo em vista que o modelo de conduta dos policiais é diretamente proporcional ao treinamento que receberam na própria instituição. “O formato de uma organização é sempre fator significativo na instauração de padrões comportamentais de seus membros, em maior ou menor grau” (SOARES, 2019, p.42).

Vinícius Moraes, produtor cultural, externou que falava em nome das pessoas que tiveram suas liberdades violadas, reprimidas nesta operação, – referindo-se novamente ao episódio do Bar do Zé – que chamou de “operação profascista e ressaltou que não é modelo para nenhuma cidade”. Disse saber que é necessário a vigilância das forças policiais, saber que é importante pensar em postos policiais, viaturas e monitoramento policial, saber que é importante pensar e considerar isso quando se fala em segurança pública. Lembrou de já ter ouvido um policial dizer: “civil não gosta de policial, então dane-se, policial é sempre mal visto!” Entretanto ressaltou estar certo de que “policiais, enquanto representantes da instituição, não querem envelhecer sendo mal vistos pela sociedade, sendo lembrados apenas como um aparato repressor, que reprime, viola direitos, grita, berra, bate, agride”. Encaminhou sua “proposição de que houvesse para policiais, para a guarda municipal e para o grupo de ação rápida, uma formação sobre direitos civis, liberdades políticas, direitos humanos e direitos de primeira geração, que estão previstos na nossa Constituição”. E considerou “que é possível a construção de um modelo de segurança pública, que pode vir a ser referência para outras cidades”. E afirmou que “é possível reverter essa visão com a qual o policial é visto, para que a gente possa construir de fato a segurança pública que a gente busca para a cidade”.

As questões apresentadas pelos frequentadores do Bar do Zé, relativas ao tipo de abordagem policial, são muito próximas das demandas de moradores dos condomínios do MCMV, pois a baixa renda atua de forma a lhes inserir em um dos três tipos de estigma mencionados por Goffman (1988): “estigma por culpas de caráter individual” (GOFFMAN, 1988), ou seja, são “estigmatizados” por não terem sido capazes de obter um bom emprego, por conseguinte, de perceberem um baixo salário, que, conseqüentemente, os obriga a morar na periferia. E ainda se, associado a este estigma, estiver presente também o estigma “tribal de raça” (GOFFMAN, 1988), eles terão grandes chances de se tornarem alvos do sistema de segurança do Estado.

No Brasil, os objetivos do aparato de segurança, na prática, têm sido, preponderantemente, sustentar a segurança do Estado, encarcerar jovens negros e pobres para atender ao clamor por produtividade policial, “fazer a guerra” contra os suspeitos de envolvimento com crimes – por meio, inclusive, de execuções extrajudiciais – e

criminalizar movimentos sociais, reprimindo-os de forma arbitrária (SOARES, 2019, p.26).

Assim sendo, uma das questões fundamentais para Pelotas é estabelecer uma política preventiva de segurança e enfrentar o desafio de definir metas, que devem alcançadas através do trabalho, de forma articulada, entre as diversas instituições que integram o Pacto Pelotas Pela Paz. A seguir, apresento o objeto de minha pesquisa, o Projeto Bons Vizinhos, como uma dessas propostas de política de segurança preventiva.

1.2 Projeto Bons Vizinhos: breve introdução

O Projeto Bons Vizinhos no Condomínio Residencial Eldorado – condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), localizado na avenida Zeferino Costa, no bairro Três Vendas – teve início em 16 de maio de 2018, conforme Rabassa (2018). Segundo notícias do Pacto Pelotas Pela Paz publicadas no dia 6 de junho de 2018, a iniciativa é fruto de parceria da Prefeitura, por meio da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SHRF), com o Senac Pelotas (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o Poder Judiciário, através do CEJUSC.

A metodologia utilizada na execução do projeto Bons Vizinhos são os Círculos de Construção da Paz, uma abordagem da Justiça Restaurativa, a qual foi recomendada pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas/ONU, através da Resolução 2002/12 – com o título “Princípios básicos sobre o uso de programas de Justiça Restaurativa em matéria penal” – e pela Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

O projeto Bons Vizinhos está inserido no Pacto Pelotas Pela Paz – conjunto de estratégias que visam reduzir a violência e promover uma cultura de paz na cidade, contando com a parceria de diversas instituições da cidade – como uma atividade do eixo da prevenção, que conta com o trabalho voluntário dos facilitadores da Justiça Restaurativa. O projeto Bons Vizinhos também está inserido no eixo de mobilização, organização e fortalecimento no projeto de retomada do Trabalho Técnico Social – o qual viabiliza recursos para a aquisição

de móveis e gêneros alimentícios que são utilizados e servidos, respectivamente, durante a realização do Círculos, bem como para o pagamento dos serviços prestados pelos três funcionários do Senac: um assistente social, um assistente administrativo e uma monitora.

1.3 Construindo o objeto de pesquisa

No dia 21 de janeiro de 2019, consegui contato telefônico com a gestora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Pelotas, Marília Reis Gonçalves. Expliquei que estava cursando Mestrado em Antropologia e que gostaria de pesquisar alguma prática da Justiça Restaurativa realizada em Pelotas. Salientei que gostaria de aproveitar o período de minhas férias para fazer as observações de campo, caso me fosse dada a autorização. Ela me respondeu que eu não precisava de autorização do CEJUSC, apenas dos facilitadores cujo serviço eu fosse observar. Disse que era comum que, nos Círculos realizados nas escolas, os facilitadores não aceitem a presença de pessoas estranhas ao ambiente, pois dessa forma os adolescentes não se sentem à vontade para falar de seus problemas. Em seguida, constatou que, nos meses de janeiro e fevereiro, apenas os Círculos de construção da paz referentes ao Projeto Bons Vizinhos, cujos facilitadores foram Francisco Paiva e Vilma de Brito, continuavam acontecendo. Passou-me o contato do facilitador Francisco Paiva.

Entrei em contato com o facilitador e, na conversa via telefone, constatei que Francisco Paiva era o Chico da Comunidade São Paulo da Paróquia Santa Teresinha, ou seja, somos conhecidos de longa data, pois participamos da mesma Paróquia da Igreja Católica, embora em comunidades diferentes. Ressalto que o Francisco é uma liderança forte na sua comunidade e, portanto, não me surpreende o seu envolvimento com a Justiça Restaurativa. Entretanto, Patrice Schuch (2008) expressou que o trabalho etnográfico que desenvolveu, junto à Central de Práticas Restaurativas, permitiu que ela identificasse que a formação de coordenadores de Círculos ou facilitadores² contava com uma baixa

² Termo mais usado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania/CEJUSC da Comarca de Pelotas.

participação de líderes comunitários, mesmo naquelas formações que davam prioridade à participação dessa categoria. Relatou que a formação compreendia um rol de peculiaridades que exigiam uma entrega total à implantação do projeto das práticas restaurativas. E, não obstante, os profissionais da esfera judicial por participarem constantemente das formações e também por sua própria vinculação à classe jurídica adquiriam um *know how*, que os colocava em situação privilegiada para coordenarem os círculos restaurativos. Patrice Schuch (2008) salienta a incoerência entre as exigências das formações, que favoreciam os profissionais da justiça, e a intenção de direcionar as mesmas para lideranças comunitárias. Contudo, a autora publicou o artigo no ano de 2008, acredito que o tempo decorrido e a necessidade de difundir a Justiça Restaurativa estão fazendo com que essa barreira diminua. Ela própria escreveu:

Obviamente, trata-se de um percurso que tende a se modificar, com o investimento crescente na “expansão comunitária” da “justiça restaurativa”, prioritária, para os seus implementadores, a partir do ano de 2007 (SCHUCH, 2008, p.504, grifo do autor).

Voltando à conversa com Francisco, combinamos que eu participaria do Círculo a ser realizado no dia 30 de janeiro de 2019. Chegado o dia, fomos recebidos na garagem da casa de uma moradora chamada Neiva. As pessoas foram muito receptivas com todos. O Francisco me apresentou. Eu falei que pretendia fazer um projeto de pesquisa sobre a Justiça Restaurativa, por isso tinha ido observar o Círculo. Salientei que gravaria as falas, mas solicitei que ficassem tranquilas, pois não citaria seus nomes. Uma moradora me respondeu: - pode colocar os nomes sim! Tendo em vista a ética na pesquisa, havia proposto ao grupo o anonimato na redação do texto, mas, ao contrário, as mulheres demonstraram o desejo de serem citadas. E digo mulheres, porque foram elas que se manifestaram. Todavia, Cláudia Fonseca alerta sobre “a dificuldade que ‘leigos’ têm de prever o teor da análise antropológica” (FONSECA, 2008, p.45, grifo da autora). Isto posto, combinei com as moradoras que levarei os capítulos, nos quais forem citadas, para submeter à apreciação delas, antes de eu finalizar a dissertação.

O Círculo se desenvolveu de forma amigável, percebi que já conheciam as histórias de vida uns dos outros. Verifiquei que havia tolerância com os que

chegavam atrasados, sempre tinha alguém que levantava e buscava uma cadeira para inserir a pessoa na roda. Havia uma atmosfera de alegria por estarem juntos. Patrice Schuch (2008, p.507) relata que nos Círculos se faz necessário conter os julgamentos, ampliar a humanidade e evitar os sentimentos que direcionam para a violência. “Um dos primeiros instrumentos de transformação social é a transformação de cada indivíduo nas suas habilidades de reconhecer e expressar suas emoções e necessidades” (SCHUCH, 2008, p.507).

As crianças, conforme chegavam, iam se juntando ao grupo que brincava com uma recreacionista, vinculada ao SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), que é parceiro no Pacto Pelotas Pela Paz. Saí de lá satisfeita com o que vi e determinada a fazer do Projeto Bons Vizinhos, no condomínio Eldorado, o foco da minha pesquisa. Combinei, então, com Francisco, um café na minha casa, para que ele me contasse como se tornou um facilitador da Justiça Restaurativa.

1.4 Francisco e sua história com a Justiça Restaurativa

Francisco Paiva me disse que para contar sua história com a Justiça Restaurativa, era preciso retomar ao tempo de seu trabalho como guarda municipal. Relatou que quando se formou em Ciências Sociais pela UFPel, o chefe da guarda lhe convidou para assumir um projeto, chamado “Prevenção antes da repressão, pensando a cultura da paz”, cujo objetivo era fazer um trabalho preventivo de orientação para os estudantes, através de palestras em escolas. Segundo ele, a figura do Conselheiro Tutelar trouxe uma falsa ideia de que o adolescente pode fazer tudo, quebrar o vidro da escola, xingar a professora, que não será punido, que o mal comportamento seria acobertado pelo conselheiro, mas manifestou que não é bem assim e precisavam dizer isso para as crianças e adolescentes. Segundo Soares (2019, p.199) a adolescência é um período difícil para todos, no entanto se a ela se somar adversidades tais como violência doméstica e rejeição pode se tornar uma época penosa. A rejeição muitas vezes se dá em casa, mas também pode vir da comunidade e se

estender à escola, que não acolhe e não atrai esse adolescente. Nessa conjuntura, o adolescente vai vivenciando demonstrações de “abandono, desprezo e indiferença, culminando na estigmatização” (SOARES, 2019, p.200). Considerando que muitos adolescentes passam por esse tipo de experiências danosas, se constata a importância de um trabalho preventivo de instrução para estudantes.

Relatou que no tempo que trabalhou na guarda municipal, ele e mais duas colegas, uma também socióloga e a outra psicóloga, faziam palestras nas escolas abordando os seguintes temas: Estatuto da Criança e do Adolescente, relacionamento com os pais, a escola e a vida dos jovens, gravidez na adolescência, etc. Ressaltou que atendiam toda a rede municipal de ensino, que entre os anos de 2013 e 2014 atenderam não só a rede municipal, mas a estadual e várias escolas particulares.

Contou que, certa ocasião, estava palestrando em uma escola e o Dr. Marcelo, juiz coordenador do CEJUSC, chegou para fazer a palestra seguinte. Francisco explicou que, na época, o Dr. Marcelo era o juiz da vara da educação e criou o Programa “Conversando a Gente se Entende”, ao qual estava vinculada a palestra que ele próprio foi ministrar. Enquanto o Dr. Marcelo esperava, acabou observando a palestra do Francisco e, ao término da mesma, aproximou-se, dizendo que havia gostado de sua abordagem. O Francisco também permaneceu para assistir a palestra do Juiz, o qual, ao acabar seu trabalho, convidou-o para fazer o curso de Facilitadores em Justiça Restaurativa, dizendo que o Fórum estava recebendo currículos para a seleção. Francisco respondeu que levaria o seu currículo, mas solicitou que o Juiz aceitasse a inscrição de todos que compunham o grupo do Projeto “Prevenção antes da repressão, pensando a cultura da paz”, referindo-se à socióloga e à psicóloga que com ele faziam as palestras nas escolas.

Tendo o Juiz aceito receber o currículo dos três integrantes, ele e a socióloga aceitaram participaram da triagem, foram selecionados e fizeram o curso de formação na área da Justiça Restaurativa. O curso foi ministrado pelo Juiz Leoberto Brancher, coordenador do Programa de Justiça Restaurativa no TJRS, em Pelotas, ao longo de uma semana de maio de 2015. Segundo

Francisco, o Dr. Leoberto é um *gentleman* e também o grande incentivador da Justiça Restaurativa no Rio Grande do Sul.

Segundo Schuch (2008, p.503), a instauração das práticas restaurativas, em Porto Alegre, está inserida em um programa maior, intitulado “Justiça para o Século 21”. Em Pelotas, o referido programa foi tema de notícia no *blog* do CEJUSC, da qual copiei o parágrafo abaixo:

Essa é a justiça nascente, que queremos sedimentar neste novo milênio: uma justiça promotora da paz social, próxima, acessível, desburocratizada, horizontal, rápida, eficiente, que tem voz e sabe ouvir, que olha bem nos olhos e se deixa ver, que acolhe com um sorriso, que dialoga, que estende as mãos e guarda a força do martelo exclusivamente para aqueles casos em que o sorriso, o diálogo e a mão estendida não frutifiquem (CABRAL, 2014).

O trecho “e guarda a força do martelo exclusivamente para aqueles casos...” parece indicar que nem sempre é possível resolver uma situação com a Justiça Restaurativa. Existe um limite para a aplicação da mesma? A que casos ela se aplica? A quais pessoas ela se aplica? Zehr (2015) diz que todos os que são favoráveis à Justiça Restaurativa sonham com o dia em que ela será a norma, entretanto, em alguns casos, ofensores não admitem sua responsabilidade e nos casos de crimes hediondos, em geral, as vítimas não conseguem ficar diante do ofensor, impossibilitando o encontro que proporcionaria o reconhecimento de males causados e sofridos, o tratamento do que desencadeou e do que causou o comportamento, e finalmente o acerto de contas. “Talvez uma meta realista seja avançarmos tanto quanto possível na direção de uma abordagem restaurativa” (ZEHR, 2015, p.83).

Retomando a conversa, Francisco e Vilma fizeram uma formação em Mediação e Conciliação, que, segundo ele, são abordagens da forma de Justiça Auto Compositiva. O Francisco esclareceu que a mediação e a conciliação são uma alternativa na resolução de conflitos, são realizadas em audiências prévias nos processos civis ou nos pré-processuais, que são aqueles em que a pessoa ao invés de procurar um advogado vai direto no Fórum. Explanou que a Justiça Restaurativa, por sua vez, lida com a questão da pessoa, faz com que o autor entenda que o que ele fez à vítima precisa de uma reparação pessoal, não basta

pagar para a sociedade. Descreveu que na Justiça Restaurativa vítima e ofensor são colocados em situação de diálogo, através do método circular de resolver questões, e salientou que a partir daí nasceram os Círculos, os quais, segundo Francisco, abriram um leque de possibilidades infinito. Argumentou que o Círculo propicia que a forma dialogal seja aplicada em várias situações e salientou: - “eu estou para te dizer que não existe situação que não possa ser resolvida com o Círculo”. Patrice Schuch (2008) ponderou que as etnografias que realizou sobre as práticas de implementação da Justiça Restaurativa, proporcionaram-na que chegasse à seguinte constatação:

...mostraram como as redes e tramas de diversos atores – agentes judiciais, consultores internacionais, técnicos, professores e líderes comunitários – dão vida cotidiana às novas ideias, valores e noções que envolvem o ideário da justiça restaurativa (SCHUCH, 2008, p.518).

Francisco seguiu exprimindo que o Dr. Marcelo, como diretor do Foro da Comarca de Pelotas, se integrou ao programa da Prefeitura de Pelotas chamado Pacto Pelotas Pela Paz, o qual fez um grande mutirão de pessoas e instituições da sociedade para combater a violência da cidade. Disse que o Pacto Pela Paz abraçou o Projeto Bons Vizinhos e o Projeto Círculos da Construção da Paz, o qual é realizado nas escolas com a intenção de resolver os problemas que naturalmente acontecem, na forma dialogada circular. Ambos entraram no eixo da prevenção no Pacto Pelotas Pela Paz.

Concentrando-se no Projeto Bons Vizinhos, Francisco discorreu várias possibilidades de Círculos: “tem Círculo de convivência, tem Círculo de autoestima, tem Círculo de solidariedade” e citou um exemplo: uma moça relatou que estava com o filho doente e que estava passando bastante dificuldade financeira. Foi decidido que, na reunião seguinte, cada um levaria algum alimento para compor uma cesta e, ao término da mesma, os alimentos arrecadados seriam entregues para ela. Ressaltou que juntaram de 30 a 40kg de alimentos, que foram colocados em duas caixas de papelão e ponderou que o círculo não fica só na teoria, que a solidariedade se mostrou também na prática. É perceptível nas modalidades dos Círculos, citadas por Francisco, que há um foco na qualificação de relações pessoais, visando a um compromisso

com o grupo, reforçando a indissociabilidade entre a pessoa e suas relações com o coletivo.

Continuou dizendo que o Círculo tem uma dinâmica em que todas as pessoas são protagonistas, todos têm direito a fala, o facilitador só facilita. Ou seja, os Círculos estão dentro de uma lógica que se contrapõe à lógica de punir a violência com mais violência, – a qual comumente é utilizada em abordagens policiais³ no território brasileiro – como a que aconteceu aqui em Pelotas, no Bar do Zé.

No entanto, em meio ao padrão dominante relativo à prática policial, as práticas da Justiça Restaurativa começam a encontrar um espaço propício no meio judiciário.

Embora o campo de implementação e disseminação das práticas restaurativas no Brasil seja, de fato, heterogêneo, é possível perceber a hegemonia de um conjunto de discursos sobre o seu ideário que conjuga noções de autogestão e transformação individual com modernização da justiça e promoção de uma cultura de paz (SCHUCH, 2008, p.499).

Francisco explicou que o Círculo tem o *check-in*, que é uma dinâmica para detectar os problemas que têm no grupo ou problemas existentes no bairro, e o *check-out*, pois ao final dos círculos os facilitadores sempre conversam sobre os casos, para fins de confecção de um relatório. Expressou que a dificuldade dos facilitadores é fazer com que as pessoas se abram nos círculos, pois muitas não se conhecem, moram no mesmo bairro, mas não tem um convívio direto. Concluiu, expondo que o Círculo tem que conseguir dar continuidade, tentando abranger vários temas, mantendo uma conexão entre os mesmos, e seguindo o seu planejamento e a sua metodologia. A dinâmica de detectar os problemas trazidos pelos moradores, ouvir suas colocações e proporcionar um ambiente favorável para que os próprios busquem as soluções necessárias através do

³ Um policial, civil ou militar, que participa de rondas de rua ou do policiamento ostensivo nos bairros pobres ou nas favelas, guia-se para abordar um “elemento suspeito” por certas características físicas e de aparência mais geral, que considera marcas de “suspeito”. As indicações quase sempre referem-se a roupas diferentes, juventude, corte de cabelo, cor da pele, “pinta”, “jeito”, etc., especialmente “evidentes” nas entradas das favelas e dos bairros pobres. É por aqui que se começa a deslindar os mecanismos que levam os jovens, as pessoas de cor e os pobres em geral a povoarem as nossas prisões (ZALUAR, 1994, p.89).

diálogo, obriga os facilitadores a buscarem um entendimento sobre a lógica do pensamento dos moradores a partir dessa relação interpessoal. Considerando que os facilitadores possuem vivências tais que os colocam em instâncias diferentes da dos moradores, residem em outras áreas da cidade, têm outros hábitos de consumo, outros valores, ou seja, há uma demarcação sociocultural entre eles, se faz necessário que os facilitadores desenvolvam uma sensibilidade tal qual um antropólogo em campo, o qual tem a incumbência de entender as colocações do morador e assimilar o ponto de vista que direciona suas ações (GEERTZ, 2008).

1.5 O Projeto Bons Vizinhos através da visão de seu proponente

O Projeto Bons Vizinhos foi proposto pelo Juíz Marcelo Malizia Cabral, Diretor do Foro da Comarca de Pelotas e Coordenador do CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pelotas). Eu o conheci na primeira reunião do Fórum Regional de Execução Criminal, em agosto de 2018, quando participei atendendo ao convite recebido pela Pastoral Carcerária, da qual faço parte. O que mais chamou minha atenção em relação ao Dr. Marcelo foi a aparente preocupação dele com as pessoas privadas de liberdade, bem como com os familiares e os egressos, o seu pragmatismo na condução da reunião e a sua simpatia na acolhida a todos os presentes.

Visitando o blog da Central de Conciliação e Mediação da comarca de Pelotas, tomei conhecimento de que, durante o mês de agosto de 2019, o Coordenador do CEJUSC receberia pessoas da comunidade, mediante agendamento prévio com sua assessoria. Assim sendo, consegui combinar um encontro e no dia e horário agendados, fui recebida pelo Dr. Marcelo Malizia Cabral, que podia dispor de 10 minutos para me atender. Comuniquei que ali estava, para fazer algumas perguntas sobre o Projeto Bons Vizinhos, tendo em vista estar cursando Pós-Graduação em Antropologia e o referido projeto ser objeto de minha pesquisa.

Ao perguntar sobre o que o motivou a propor o Projeto Bons Vizinhos, o Dr. Marcelo começou me explicando que o CEJUSC foi criado em julho de 2011

com intuito de fazer parcerias com a comunidade, no sentido de evitar, prevenir e tratar conflitos na comunidade, sem necessidade de abertura de um processo. Portanto, começaram um trabalho nas escolas, o qual vem sendo desenvolvido há alguns anos. Relatou que os facilitadores da Justiça Restaurativa vão periodicamente às escolas, promovem Círculos de diálogos, com a intenção de que os jovens aprendam a conviver com valores sociais e humanos de respeito ao próximo, de se colocar no lugar do outro, de não fazer para o outro o que não gostaria que fizesse para si e de resolver conflitos por meio do diálogo. Manifestou que a Prefeitura Municipal de Pelotas está capacitando professores para este trabalho.

Narrou que a motivação específica do Projeto Bons Vizinhos foi que receberam uma demanda da Secretaria da Habitação da Prefeitura Municipal de Pelotas, dizendo que os condomínios habitacionais, principalmente os condomínios do Programa MCMV, receberam pessoas de várias localidades da cidade, pessoas estas que não estavam acostumadas a viver em condomínios e, como consequência destes fatos, os condomínios estavam sendo alvos de muitos conflitos de tipos interpessoais, de construção e de administração. Em atendimento a esta demanda, foi criado um projeto piloto no Condomínio Buenos Aires, chamado Projeto Bons Vizinhos, através do qual foram enviados os voluntários facilitadores da Justiça Restaurativa, para realizarem os Círculos de Construção da Paz com os moradores.

Estiveram em torno de um ano naquele condomínio, e, de acordo com o Dr. Marcelo, vários conflitos foram solucionados e de alguma maneira a cultura do diálogo foi assimilada pelos moradores, os quais depois seguiram tratando seus conflitos através do diálogo. E tendo em vista que a experiência do projeto piloto foi bem-sucedida, o Projeto Bons Vizinhos foi aplicado em outros condomínios residenciais da faixa 1 do Programa MCMV.

Considerando que o Projeto Bons Vizinhos foi gerado a partir de uma demanda colocada pela Secretaria de Habitação, a qual mencionava que as pessoas não estavam acostumadas a viver em condomínios e considerando também que o referido Projeto foi aplicado apenas nos conjuntos residenciais da

faixa 1 do Programa MCMV, fica, de certa forma, implícito que pessoas de baixa renda não sabem viver em grupo⁴, de forma organizada.

No livro “A Polícia das Famílias”, seu autor explica como se deu a atuação do Estado na instauração do controle social na França, a partir do século XVII (DONZELOT, 1980). Diz que a família em que o marido apresentasse “traços dominantes” (DONZELOT, 1980, p.121) como inconstância profissional, ausência, entre outros, era caracterizada como “inestruturada” (DONZELOT, 1980, p.121) e, portanto, se tornava objeto de mediação do Estado de forma preventiva, através do serviço social. Traçando um paralelo entre as famílias de baixa renda que se beneficiaram do Programa MCMV e as famílias identificadas pelo governo francês como “inestruturadas” encontramos semelhanças não só nos seus “traços dominantes” (DONZELOT, 1980, p.121), mas também no tipo de intervenção do Estado.

Donzelot (1980) relata que o Estado se valia das famílias para conter seus familiares, a fim contribuir na garantia da ordem social. Para tanto, os chefes de família deveriam conter seus membros, pois além de pagar impostos, eles deveriam se responsabilizar pela obediência à ordem pública de filhos e parentes e, em contrapartida, recebiam a proteção do Estado. O autor vai mostrando as transições pelas quais a família vai passando ao longo do tempo, se adaptando aos interesses do Estado.

Submetida, mas também parte ativa imediata nesse jogo movedição dos vínculos, dos bens e das ações, através das estratégias de alianças matrimoniais e obediências clientelísticas, que mantêm a sociedade numa espécie de guerra civil permanente, como atesta a fantástica importância do recurso ao judiciário (DONZELOT, 1980, p.45).

Além disso, a existência da demanda, geradora do Projeto Bons Vizinhos, foi percebida pela Secretaria da Habitação e a aplicação da política pública coube ao judiciário, em nenhum momento foi colocado o posicionamento dos moradores, que seriam o público alvo do projeto. Não ficou explícito de que forma a Secretaria da Habitação tomou conhecimento das demandas, portanto não há

⁴ a proposta do projeto pode estar incorrendo no que Zaluar pontua como determinismo sociológico que considera a pobreza o meio social ideal ou o “meio de cultura” (no sentido bacteriológico) para o aparecimento do criminoso. Este meio social é caracterizado como carente da moralidade básica do humano (ZALUAR, 1994, p.188).

como avaliar se foram corroboradas pelos moradores. As minhas interlocutoras gostaram muito da aplicação do projeto, mas desconhecem as suas etapas anteriores. E nessa perspectiva é possível dialogar com Patrice Schuch (2018, p.12): “as políticas são perpassadas por valores, mediações e ambiguidades em seu processo de efetivação”.

1.6 Círculos de Construção da Paz: abordagem da Justiça Restaurativa utilizada na metodologia do Projeto Bons Vizinhos

Nos Círculos, obviamente, os participantes se organizam em círculos⁵ e vão passando um bastão ou outro objeto, de mão em mão, de forma tal que quem está com o bastão tem, no momento, o poder de fala e os outros o dever da escuta. Cabe aos facilitadores da Justiça restaurativa a função de liderança nos círculos, eles devem expor o tema a ser tratado, nortear as falas, através de perguntas ou sugestões, e cuidar para que o assunto não se desvie. Segundo Zehr (2015, p.71), “faz parte do processo uma declaração inicial em que são explicitados certos valores, ou mesmo uma filosofia, que enfatiza o respeito, o valor de cada participante, a integridade, a importância de se expressar com sinceridade, etc”. Os círculos são um tipo de modalidade da Justiça Restaurativa, que permite a ampliação de participantes, não apenas as pessoas envolvidas no conflito, mas a comunidade.

Os Círculos de Construção da Paz no Condomínio Residencial Eldorado foram desenvolvidos com o trabalho voluntário dos facilitadores encaminhados pelo CEJUSC, Francisco Paiva e Vilma de Brito, com a colaboração do trabalho de três funcionários do SENAC: Joel Pinheiro – assistente social, Daniel – auxiliar administrativo, e a monitora, chamada de *Melody*, que desempenhava a função de recreacionista.

⁵ Como nos informa Schuch: “A disposição dos locais das cadeiras, entre os participantes, é circular, valorizando-se os princípios da voluntariedade da participação e horizontalidade das relações. Os diferenciais de poder devem ficar suspensos, portanto” (SCHUCH, 2008, p.507).

Conforme consta no projeto submetido pelo coordenador do CEJUSC para concorrer ao Prêmio Inovare⁶, a principal inovação do Projeto Bons Vizinhos reside no fato de a comunidade ter a possibilidade de se apossar de uma cultura de construção da paz e de receber serviços que permitam o estabelecimento de uma prática para tratar confrontos na própria comunidade e que, através do diálogo entre os condôminos, se desenvolvam valores como admissão do próprio erro, responsabilidade, empatia, entre outros (CABRAL, 2016).

Como já mencionado, o Projeto Bons Vizinhos opera através dos Círculos de Construção da Paz, que se constituem como uma das abordagens da Justiça Restaurativa. Patrice Schuch (2008) classifica a Justiça Restaurativa como uma “nova tecnologia de gerenciamento da vida”, a qual vem propor uma alternativa à justiça convencional.

Por implicar, de um lado, a inserção de novas práticas de promoção e produção da justiça no campo judicial e, de outro lado, uma reconfiguração das sensibilidades para o entendimento e administração de conflitos, as quais extrapolam esse campo propriamente dito, acredito que o estudo da disseminação das práticas restaurativas pode contribuir na compreensão de formas contemporâneas de regulação social que investem na formação de novos sujeitos éticos: como indivíduos ativos aptos a maximizar a qualidade de suas vidas através de atos de escolha e de liberdade (SCHUCH, 2008, p.499)

Outro fato importante de salientar é que a técnica do diálogo, utilizada para a produção de valores como admissão do próprio erro, responsabilidade, perdão, empatia, é em geral pertinente ao espaço religioso, onde a conexão com o sagrado proporciona uma maior legitimidade de abertura a esses princípios. Entretanto, a proposta do Projeto Bons Vizinhos é uma iniciativa do Poder Judiciário, aos moradores do conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que se embrenha por uma esfera completamente distinta da sua. Esse estranhamento pode ser explicado por Patrice Schuch:

⁶ O Prêmio Inovare tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil. Sua criação foi uma dessas raras oportunidades em que uma conjunção de fatores conspira a favor do bem público (extraído do *site* do Instituto Inovare).

No caso brasileiro, as propostas de implementação de formas não violentas de resolução de disputas encontraram eco, fundamentalmente, em projetos de reformulação judiciária e no engajamento de agências e agentes diversos envolvidos com a promoção da paz e da não-violência (SCHUCH, 2008, p.501).

A autora explica que a Justiça Restaurativa aparece como uma forma de modernizar a justiça, com o escopo de expandir o acesso à mesma, diminuir o tempo de atendimento às demandas do sistema judiciário – que é considerado moroso no Brasil – além de tornar a justiça menos formal, permitindo a participação da comunidade na solução de conflitos (SCHUCH, 2008, p.501). Essa abertura do judiciário ao envolvimento de agentes comunitários, através da Justiça Restaurativa, foi explícita na fala da representante da Secretaria Municipal de Educação e Desporto/SMED, que atua no eixo da prevenção terciária, a qual relatou na audiência pública que orientadores educacionais e diretores de escolas participaram de curso de formação de mediador, junto ao Ministério Público, com a finalidade de capacitar os professores para resolverem conflitos e incidentes, através do diálogo.

É importante elucidar, ainda que de forma resumida, como foi concatenada a aplicação do Projeto Bons Vizinhos no Condomínio Eldorado, mas para tal é preciso que eu apresente um outro informante, chamado Joel Ortiz Pinheiro. Conheci Joel no meu primeiro contato com o Condomínio Residencial Eldorado, exatamente no dia do último Círculo de Construção da Paz naquele condomínio. Joel é assistente social do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC e também participava dos Círculos. Não consegui falar pessoalmente com ele, mas trocamos algumas mensagens por *e-mail*, as quais me esclareceram sobre a incumbência do SENAC no Condomínio Eldorado.

O Joel me explicou que o SENAC foi contratado pela Prefeitura Municipal de Pelotas para aplicar as atividades de retomada do Projeto de Trabalho Técnico Social, que por sua vez integrava o Programa Trabalho Técnico Social/PTTS, o qual resultou de um acordo entre o governo federal, executores financeiros e prefeituras municipais. O objetivo era que, através de recursos repassados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal às Prefeituras

Municipais, fossem executadas as ações previstas no PTTS cujo objetivo era propiciar que condomínios, financiados pelo Programa MCMV, conseguissem resolver seus problemas e que os beneficiários fossem capacitados para desenvolver atividades que lhe permitissem retorno financeiro, de acordo com a Portaria nº464 do Ministério das Cidades, de 25 de julho de 2018 (BRASIL, 2018).

Joel esclareceu que o projeto teve início com a Prefeitura de Pelotas, mas, como eram muitas ações a desenvolver, a Prefeitura não teve condições de assumir tudo. Então, foi aberta uma licitação, em que o SENAC participou, venceu e foi contratado para aplicar as atividades ⁷ do Projeto de Trabalho Técnico Social nos condomínios Eldorado, Jardins do Obelisco, Residencial Fragata, Haragano, Montevideo e Buenos Aires. Encontrei uma notícia no Diário da Manhã – jornal de circulação diária em Pelotas, RS – do dia 24 de abril de 2018, que confirma a fala do Joel, a qual transcrevo abaixo:

A Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SHRF) está desenvolvendo uma série de ações para qualificar a vida coletiva e familiar dos moradores dos residenciais da faixa um do Programa Minha Casa Minha Vida – Haragano, Jardins do Obelisco, Fragata, Buenos Aires, Montevideu e Eldorado. O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), previsto nos contratos – entre prefeituras, agentes financeiros e governo federal – visa tornar os condomínios autônomos e possibilitar alternativas de trabalho e renda para as famílias. O secretário, Ubirajara Leal, diz que a equipe da SHRF tem trabalhado muito para melhorar a vida das famílias, e uma das formas de se alcançar a meta é qualificando-as para que tenham as melhores condições de viver coletivamente e oferecer formação em áreas que possibilitem alternativas de geração de trabalho e renda. Como consequência, ocorre mudança também das condições da comunidade. Assim, a SHRF contratou o Senac com recursos da União, repassados pelos agentes financeiros – Banco do Brasil e Caixa

⁷ Foi permitida a terceirização do serviço relativo às atividades referentes à promoção de ações de desenvolvimento socioeconômico, conforme item h.7 do tópico 5.5 Fase 3 - Obras da Portaria nº464 do Ministério das Cidades, de 25 de julho de 2018 (BRASIL, 2018): “h.7) essas ações deverão priorizar aquelas ofertadas gratuitamente pelas instituições públicas e privadas parceiras. Caso a demanda das famílias beneficiárias e das entidades da sociedade civil não estejam contempladas na oferta descrita acima, é permitida a realização de cursos de capacitação e requalificação profissional por meio de terceirização, objeto de licitação específica”.

– para o desenvolvimento das ações. A parte comum a todos eles é o que diz respeito à vida em condomínio. Os moradores recebem orientações sobre sustentabilidade e organização, como a separação e formas de descarte do lixo, sobre gestão condominial e cobranças dos devedores. Advogados também orientam os síndicos e conselhos em casos específicos. O residencial Eldorado, por exemplo, que não é fechado, vai criar uma associação destinada à administração. Tendo em vista auxílio a questões pessoais, são trabalhados temas como gestão financeira. As crianças participam de atividades voltadas a elas, com os mesmos assuntos abordados com os pais. Paralelo a isso, o Senac e a equipe da SHRF elaboraram os projetos e definiram os cursos de qualificação a partir do diagnóstico levantado – começaram no fim de 2017. Algumas turmas já concluíram e outras ainda serão abertas. Todos os moradores, que tiverem interesse, podem participar das aulas de beleza, gastronomia, saúde, informática e inserção no mercado de trabalho. Entre os oferecidos, estão porteiro e vigia, frentista, cuidador de idosos e crianças, manicure, técnica de maquiagem, depilação, doces de Pelotas, salgados para festas e barbeiro (DIÁRIO DA MANHÃ, 24/04/2018).

Além do Joel que, como assistente social, coordenou as atividades nos Condomínios Residenciais Eldorado, Jardins do Obelisco e Haragano, o SENAC disponibilizou mais dois funcionários: o Daniel, auxiliar administrativo, que organizava a chamada e os lanches e a monitora *Melody*, que trabalhava com as crianças a mesma temática que era desenvolvida com os adultos.

O Joel me descreveu também as atividades do Projeto de Trabalho Técnico Social no Residencial Eldorado foram trabalhadas, conforme abaixo relacionadas, a partir dos eixos “Mobilização, Organização e Fortalecimento Social”, “Desenvolvimento Econômico” e “Educação Ambiental e Patrimonial”, previstos na Portaria nº464 do Ministério das Cidades, de 25 de julho de 2018 (BRASIL, 2018).

EIXO de Mobilização, Organização e Fortalecimento Social:

- Reunião de retomada do Trabalho Técnico Social;
- Reunião de liderança Comunitária;
- Oficina: Reforçando a Ideia Sobre a Importância de Uma Liderança Comunitária no Residencial;

- Roda de Conversa: Associação Comunitária e Sua Importância;
- Assessoramento de liderança;
- Roda de Conversa: Associação Comunitária ao Alcance de Todos;
- Processo de Formação Para Associação Comunitária;
- Plantão Social;
- Roda de Conversa Com Mulheres e Seus Filhos;
- Roda de Conversa com Idosos;
- Roda de Conversa Saúde e Sexualidade do Adolescente;
- Drogas: Um Caminho Para o Abismo;
- Projeto Bons Vizinhos;
- Visitas Domiciliares;
- Reunião de Entrega de Contratos dos Imóveis;
- Atividade de Encerramento do Trabalho Técnico Social.

EIXO de Desenvolvimento Econômico:

- Se Capacitando Para o Mercado de Trabalho;
- Oficina de Salgados e Laboratório de Cooperativismo;
- Curso de Informática para Adultos;
- Curso de Informática Para Adolescentes e Jovens;
- Curso de Embelezamento de Pés e Mãos;
- Oficina de Doces de Pelotas.

EIXO de Educação Ambiental e Patrimonial:

- Construindo Composteira.

Joel argumentou que os cursos que visavam à qualificação do morador foram elencados de acordo com a realidade de cada condomínio e que no Condomínio Eldorado a escolha dos cursos foi definida através de uma pesquisa de interesse entre os próprios moradores. Dessa forma, foram oferecidos os cursos de doces de Pelotas, Salgados para festas, Se Capacitando Para o Mercado de Trabalho (para Jovens e Adolescentes), Informática para Jovens e Adolescentes, informática para adultos; Embelezamento de Pés e Mãos e Curso de Atendente de Farmácia.

Observei que o Projeto Bons Vizinhos constou como uma atividade do Projeto de Trabalho Técnico Social, relativa ao eixo de Mobilização, Organização e Fortalecimento Social, e contou com o apoio do SENAC na infraestrutura dos Círculos de Construção da Paz. O SENAC forneceu: a tenda, que era montada na área de lazer do Condomínio; as cadeiras brancas de plástico, para acomodar os moradores; os lanches, que eram servidos ao final dos Círculos; o trabalho dos dois funcionários e da monitora; e ainda ficava responsável pela divulgação dos encontros e pela lista de presença.

1.7 O Projeto Bons Vizinhos como política preventiva: possibilidades e limites

Neste ponto, retorno ao debate da audiência com a finalidade de incorporar o tema da Justiça Restaurativa na discussão sobre as ambiguidades que caracterizam as políticas de segurança pública no Brasil.

Nos relatos da audiência pública foi possível encontrar uma certa convergência na questão da falta de coerência entre retórica e ação, forma estratégica e forma truculenta, promoção da paz e promoção do medo, um olhar tolerante e um olhar preconceituoso das instituições estatais, Secretaria de Segurança Pública e Brigada Militar.

Depois de ouvir as manifestações de todos, foi possível verificar que o eixo mais criticado foi o da fiscalização, por conta da conduta e abordagem de policiais. Para analisar esse tema apresento as ideias de Luiz Eduardo Soares, antropólogo, cientista político e escritor, considerado um importante especialista em segurança pública. Em um vídeo da Boitempo Editorial, ele defende “os três motivos pra desmilitarizar a polícia” (SOARES, 2019). Para tanto, começa explicando que “a melhor forma de organização é aquela que melhor serve ao cumprimento das metas de uma instituição” (SOARES, 2019). Esclarece que as metas da instituição Exército Brasileiro são umas e as metas da instituição Polícia Militar são outras.

O artigo 142 da Constituição Federal diz que:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e

regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Portanto, a finalidade do Exército Brasileiro é defender a Pátria e, para tanto, os militares devem estar prontos para enfrentar qualquer risco à soberania nacional, quiçá a guerra, e por isso é que Luiz Eduardo Soares discorre que o serviço prestado pelo Exército “requer hierarquia rígida, centralização decisória e verticalidade organizacional” (SOARES, 2019). Tendo em vista a meta que o Exército Brasileiro necessita atingir, em defesa do território nacional, conclui-se que militarizar os seus soldados é a melhor forma de organização dessa instituição (SOARES, 2019).

Por outro lado, a finalidade da Polícia Militar está expressa no inciso 5º do artigo 144 da Constituição Federal de 1988: “§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. O policiamento ostensivo é uma atividade da polícia militar, que nada mais é do que a vigilância pública, cuja finalidade é garantir os direitos dos cidadãos. Considerando a meta que deve ser atingida pela Polícia Militar, considerando também a atuação de policiais no episódio do Bar do Zé – descrito no início deste capítulo – e, finalmente, considerando as argumentações do antropólogo Luis Eduardo Soares, o qual diz que a polícia, embora no Brasil democrático, é ainda influenciada pela cultura em vigor no período da ditadura militar e expressa que o motivo está relacionado ao fato de não ter acontecido um “momento de verdade”⁸ (SOARES, 2019), o que viabilizaria a superação de tais comportamentos, conclui-se, então, que se esses crimes tivessem sido expostos, familiares teriam chorado por seus mortos, mas se encerraria a busca por filhos que nunca mais voltaram. E assim, ainda que com muita dor, suas feridas seriam cicatrizadas. Esse momento, além de terapêutico para familiares e sociedade em geral, impediria o retorno de uma visão deturpada em relação à ditadura militar, a qual propicia, na contemporaneidade, o surgimento de tendências que enaltecem torturadores daquele período.

⁸ Soares (2019) manifesta que usa o termo “momento de verdade”, fazendo alusão à Nelson Mandela, que usou essa expressão na transição do *apartheid* para o regime democrático, na África do Sul.

Segundo Soares (2019) a segurança pública hoje ainda está permeada por essa cultura, a qual promove uma interferência do papel exercido pela polícia no período da ditadura ainda hoje no período democrático. Soares (2019) salienta que essa cultura foi forjada no período escravagista e intensificada no período da ditadura militar, mas seus valores ainda influenciam policiais a buscar estabelecer a ordem, por meio da coerção (SOARES, 2019). Este é um dos argumentos que Soares (2019) apresenta como um motivo para desmilitarizar a polícia. Outro argumento é que a militarização da polícia tem sido um impedimento para que policiais, enquanto servidores públicos, possam reivindicar seus direitos. O terceiro argumento apresentado pelo autor é que o policial deveria atuar como um “gestor local de segurança pública, com autonomia criativa” (SOARES, 2019).

Os confrontos de tipo quase bélico correspondem às únicas situações em que alguma semelhança poderia ser identificada com o Exército, ainda que mesmo aí haja diferenças significativas. De todo modo, os confrontos equivalem a uma quantidade proporcionalmente diminuta das atividades que envolvem as PMs. Não faria sentido impor a toda a instituição um modelo organizacional adequado a atender um número relativamente pequeno de suas atribuições. A imensa maioria dos desafios enfrentados pela polícia ostensiva é mais bem resolvida com a aplicação de estratégias que são praticamente inviáveis na estrutura militar. A referência aqui é o policiamento comunitário (os nomes variam conforme o país) (SOARES, 2019, p.62, grifo do autor).

A ideia de um policiamento comunitário, ou seja, de um funcionário público se colocando a serviço de uma comunidade, no sentido de lhe assegurar direitos garantidos por lei, apresenta o Poder Executivo no exercício de sua função de garantir que direitos e deveres, expressos na lei, sejam cumpridos. Nessa mesma concepção está o Poder Judiciário, que através do Projeto Bons Vizinhos – planejado com o intuito de que conflitos surgidos dentro do Condomínio sejam lá mesmo resolvidos e não venham a gerar nenhum processo judicial – está também cumprindo uma de suas funções.

Retomando as narrativas da audiência pública, que apresentaram os órgãos de segurança pública transitando, de maneira ambígua, entre a precaução e a repressão seletiva, constata-se a necessidade de efetivação de políticas públicas preventivas em relação à violência. O Projeto Bons Vizinhos revela-se como uma possibilidade de uma política preventiva e também ativa, no sentido em que produz espaços de convivência pacíficos.

Entretanto, o Projeto Bons Vizinhos traz em si uma mudança de cultura. Embora idealizado pelo Coordenador do CEJUSC, o seu delineamento necessita do apoio da sociedade civil em sua execução, pois pretende que os moradores sejam agentes na prevenção e tratamento de desentendimentos que venham a ocorrer no seu próprio condomínio, o que confere um caráter democrático ao referido projeto. Como expressa Marcela Beraldo Oliveira (2011), nessa forma alternativa de justiça, o Judiciário “passa as rédeas da solução de conflitos para os próprios envolvidos” (OLIVEIRA, 2011, p.201). Quanto aos modelos alternativos que se contrapõem à justiça tradicional, Oliveira (2011) expressa que:

O campo de implementação e disseminação das práticas e saberes relativos às alternativas de justiça é bastante heterogêneo, assim como são diversas as suas avaliações. Há, porém, um discurso mais ou menos homogêneo quanto ao seu ideário, que está voltado para a comunicação entre os indivíduos, a responsabilização das partes em conflito, o protagonismo delas, e para a busca de uma sociedade integrada, conjugando noções de autogestão, escolhas éticas dos indivíduos e a promoção de uma “cultura de paz” (OLIVEIRA, 2011, p.193).

Concluindo o presente capítulo, lembro que a representante da Secretaria Municipal de Saúde, na audiência pública, reforçou que no Pacto Pelotas Pela Paz a ideia é que a área de prevenção trabalhe de forma tal, que diminua cada vez mais o trabalho da área da fiscalização. Entretanto, qual é o papel do Projeto Bons Vizinhos no Pacto Pelotas Pela Paz? Qual é sua efetiva possibilidade de produzir uma política do diálogo e de prevenção aos conflitos, neste contexto em que muitas vezes se diz uma coisa e se faz outra? Qual a possibilidade do Projeto Bons Vizinhos se tornar efetivamente uma política pública de segurança de caráter democrático? O Projeto Bons Vizinhos é capaz de produzir um

direcionamento ético em favor da construção de uma pessoa moral comprometida com sua coletividade? O que a experiência do Projeto Bons Vizinhos aponta em termos de possibilidades e limites, para terem um condomínio tranquilo? O intento é que essas questões sejam averiguadas a partir da experiência do Projeto Bons Vizinhos e de seus atores no Condomínio Residencial Eldorado.

2. Abordagem etnográfica: experiência de duas moradoras do Condomínio Residencial Eldorado

O presente capítulo traz um pouco da trajetória de duas interlocutoras, moradoras do Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida Residencial Eldorado, as quais participaram dos Círculos de Construção da Paz, metodologia do Projeto Bons Vizinhos. O objetivo desta etnografia é compreender – por meio do olhar dessas mulheres, a partir do que é significativo para cada uma – a circulação, o parentesco, a casa, a vizinhança, como elas criam os seus vínculos e constroem seu lugar de moradia. Qual o sentido da moradia para essas mulheres?

2.1 Neiva: ela, os filhos e sua mobilidade espacial pela periferia de Pelotas

Neiva me contou que o primeiro marido, pai dos seus seis filhos biológicos, vendeu a casa em que moravam, com ela e os filhos todos dentro. Foi então que sua mãe, que morava em um apartamento da Cohab Guabiroba⁹, arrumou um espaço para ela e os filhos, juntamente com sua irmã e os sobrinhos. Considerando que as crianças ficavam todas juntas, qualquer coisa que acontecesse a irmã dizia que os filhos da Neiva eram os culpados. Ela, por sua vez, dizia que eram os filhos da irmã. Para evitar as constantes brigas, decidi sair do apartamento da mãe. Hoje, a irmã mora em Santa Catarina, são muito amigas e se visitam. Retirou-se em uma charrete com todos os seis filhos pequenos, levando apenas as roupas e mais nada. O filho mais novo, *o Maicon, tinha seis meses*. A Dani, a segunda filha, era quem a ajudava a cuidar dos outros. A mais velha é a Raquel, disse a Neiva: *talvez tu a conheças, a Raquel é muito conhecida em Pelotas, é professora de dança afro na Faculdade*. Como tinha muita amizade no bairro Simões Lopes, uma dessas amigas, *a Dina do Zé*, emprestou ¹⁰ uma peça pequenininha, sem móvel nenhum, apenas muitas lesmas pela parede, para ela ficar com os filhos. Conseguiram ainda uma cama de doação e dormiam todos amontoados, segundo a Neiva.

⁹ Companhia de Habitação Popular *Guabiroba* - localizada no bairro Fragata, Pelotas, RS.

¹⁰ Fonseca (2005) manifesta que moradores de localidades pobres têm um pensamento diferente em relação à moradia, ao invés de pensarem em sua casa, pensam no seu pátio e assim sendo, “sempre tem lugar para construir mais uma “puxada”, isto é, uma peça ou uma meia-água, para receber um amigo ou um parente” (FONSECA, 2005, p.53, grifo do autor).

Passou o tempo e, com a ajuda de amigos, conseguiram fazer uma casinha, na beira do canal, na localidade Padre Réus no bairro Fragata. Quando chovia, o único lugar que não tinha goteira era em cima da cama. Então nos dias de chuva, as crianças não saíam da cama. Forrou toda a casinha, que era de madeira, com latas de óleo da marca “Corcovado”: externamente forrou a casa com a parte colorida da lata e internamente com a parte metálica, dando um tom prateado. Salaria que quem via a casinha por fora, não imaginava o que era por dentro. Mantinha tudo limpinho e encerado. Os móveis eram doados, mas tinha tudo arrumadinho. Da mesma forma como é no Eldorado, ganhou os móveis que foram da filha, mas mantém tudo limpo e arrumado. Não tem e nem pretende ter luxo, reforça que é feliz com o que tem. A situação econômica tem também a função de moldar as aspirações das pessoas, impelindo-as a sonharem de acordo com a sua realidade socioeconômica (FONSECA, 2005).

Quando conheceu seu atual marido, tinha os filhos pequenos e ele a ajudou a criá-los. Ele construiu uma casinha para a família, no pátio da casa de sua mãe. Neiva me disse que o banheiro era separado da casa.

A Neiva conseguiu uma faxina, que quando se aposentou passou para a filha Dani. As crianças enquanto menores ficavam na Casa da Criança São Francisco de Paula, lá na rua Uruguai. Ela fazia faxina durante o dia, depois pegava os filhos e voltava para casa. E assim foi indo: *fazendo faxina¹¹, graças a Deus*. Recordou que as patroas sempre fizeram teste com ela, deixavam dinheiro pela casa, para ver se ela ia pegar, mas ela nunca pegou. Da mesma forma, a filha Dani foi testada e lhe disse: *nunca que eu vou pegar, elas vão perder tempo comigo, pois jamais vou te envergonhar!* Os testes feitos pelas patroas podem ser analisados por Brites (2007), que explica embora muitas vezes se crie um vínculo de afetividade entre empregadas e crianças, filhas das patroas, na maioria das vezes a única relação que existe é a hierárquica, circunscrita entre limites fixos de uma pessoa que tem posses para pagar pelo serviço de outra e de quem precisa se colocar a serviço para garantir seu sustento e o de seus filhos. A constatação da Neiva: *foi testada da mesma forma*, pode ser examinada por Castro (2001), a qual diz que o conceito do

¹¹ Castro (2001) comentou que desde o final da escravidão o trabalho doméstico remunerado ainda é o que mais emprega “mulheres de setores populares, em especial das mulheres negras” (CASTRO, 2001, p.93).

neoliberalismo tem sido pensado não só como um meio de regular a economia política, mas também como uma cultura, através da qual se aumenta a submissão de trabalhadores, interferindo inclusive na autoestima. Embora nas palavras da filha se perceba sua dignidade, a patroa, sutilmente, deixa claro que detém o controle e que para que a jovem se mantenha na função será necessário se submeter a ela. Em outras palavras, se estabelece uma relação de poder entre ambas.

A Neiva expõe, orgulhosa, que deu educação para os filhos, hoje eles a respeitam e fazem o possível para não a incomodar. Ressaltou que o Vagner foi o mais *safado* e salientou: *ele tem os olhos verdes*. Eu entendi que ela estava me dizendo que o filho era bonito e que talvez tenha sido bastante namorador. A cor dos olhos, que difere dos tons castanhos da maioria dos brasileiros, é considerada um atributo de beleza, pois chama a atenção por sua distinção e contribui positivamente com a imagem da pessoa, principalmente em uma sociedade que valoriza tanto a exterioridade (TEIXEIRA, 2001). Eu percebi que ao mesmo tempo em que a Neiva censurava o comportamento do filho, ela se orgulhava da aparência do mesmo.

O Richard é filho adotivo da Neiva e biológico do marido, em decorrência de uma traição. Segundo a Neiva, depois de sete anos junto com o marido, ele se envolveu com uma prima de seus filhos. Salientou que a jovem frequentava a casa dela com o argumento de ir brincar de boneca com uma das filhas. Considerando que *quem mal não faz, mal não pensa*, a Neiva não desconfiou de nada. Tentou me explicar que a moça era... e enquanto buscava a palavra certa, uma vizinha chamada Rejane¹² gritou: *do babado!* A Neiva assentiu, dizendo: *tu não tens noção de como ela me deixou, do que ela me fez!* Captei que a Neiva estava tentando me dizer que foi vítima de um feitiço¹³.

A Neiva me contou que o marido era e é uma ótima pessoa, que nunca brigavam, mas por conta do mal causado pelo suposto feitiço, sem mais nem

¹² Rejane, a vizinha da Neiva, também participou dos Círculos de Construção da Paz do Projeto Bons Vizinhos no Condomínio Eldorado.

¹³ Cordeiro e Aquino (2015) expressam que o feitiço pode ser “um norteador das relações sociais” (CORDEIRO e AQUINO, 2015, p.6) em situações nas quais a pessoa adoce e identifica que seus sintomas podem estar associados ao mal materializado por alguém, pessoa geralmente próxima, com a finalidade de lhe causar danos por algum interesse em proveito próprio.

menos, foi tomada por uma intensa vontade de *voar como passarinho* e falou para o marido que não queria mais morar lá.

Disse que saiu da casa que construíram, no terreno que a sogra tinha cedido para eles, e foi morar no bairro Getúlio Vargas, ela e os filhos. Novamente, Neiva tomava para si a responsabilidade com o sustento e a educação dos filhos. Salientou que já passou muito trabalho na vida, que os filhos já passaram de tudo com ela e ela com os filhos. *Graças a Deus*, superaram esse tempo difícil, hoje os filhos estão todos maiores que ela e são pessoas muito respeitadoras. Castro (2001), em seu artigo *Feminização da Pobreza*, explica que mulheres em famílias monoparentais, quando passam a criar os filhos sozinhas, não empobrecem porque se tornaram chefes de famílias, mas sim porque antes não conseguiram se qualificar, se preparar para obter um espaço no mercado de trabalho. E Neiva depois de ter ficado só e com toda a responsabilidade pela garantia de sobrevivência dos filhos, por sua educação e socialização, não teve tempo para pensar em si, sua meta era trabalhar para assegurar o sustento dos filhos.

Manifestou que a casa em que morou no bairro Getúlio Vargas era muito precária. Nessa época, sua mãe que frequentava a Igreja Luterana do Brasil e, através de amigos, conseguiu um trabalho de cozinheira na Cosulati (Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios Ltda.) para a Neiva. O deslocamento dos funcionários para a Cosulati era feito através de um ônibus específico, cujo trajeto não incluía a zona norte de Pelotas. Tendo em vista que as condições de moradia no bairro Getúlio Vargas eram ruins e que precisaria ficar mais perto do trajeto do transporte que a levaria para a Cosulati, Neiva mudou-se com os filhos para a beira do Canal São Gonçalo (próximo à ponte que liga Pelotas a Rio Grande). Morou lá por pouco tempo, até acontecer a primeira enchente e serem obrigados a sair. Do Canal foi para o bairro Dunas, mas a casa do Dunas não tinha luz elétrica e tinha muitas goteiras, *chovia direto*. Então saiu de lá e foi para o Barranco (localizado nas imediações da ponte do Padre Réus no bairro Fragata).

Todas as localidades¹⁴ que a Neiva manifesta ter morado com os filhos são periféricas e com precárias condições de habitação. Falou que em todos os

¹⁴ Maria Auxiliadora Vargas (2016) discorre que áreas sem nenhuma estrutura, com o meio ambiente deteriorado e impróprias para assentamento humano, mesmo com o risco que

lugares que morou, construía uma casinha com material de doação. Relatou que o lugar em que ficou mais tempo foi o Barranco, permaneceu lá por vinte anos. Nos primeiros quinze dias, moraram, ela e os filhos, em uma barraca de lona. Depois conseguiu madeira doada e pode construir sua casinha. No Barranco, foi visitada pelos funcionários da Secretaria de Habitação da Prefeitura de Pelotas, os quais explicaram que sua casa estava em área de risco. Deram-lhe telhas e madeiras para reforçar a casa, a fim de que a mesma durasse até o término da construção do Condomínio Eldorado. Os funcionários também a orientaram sobre o que deveria fazer para se inscrever no Programa Minha Casa Minha Vida.

Depois de ter deixado o marido e antes de ir para o Condomínio Eldorado, a Neiva e seus filhos passaram por quatro mudanças de moradia, todas elas vinculadas à falta de condições de pagar um aluguel. Desde que a terra e a moradia foram reduzidas à mercadoria, as pessoas de baixa renda foram excluídas da esfera habitacional convencional (Monteiro; Veras, 2017). Mesmo trabalhando, como faxineira ou como cozinheira, o que recebia mal dava para alimentar a família.

Neiva e o marido ficaram muito tempo separados, ele teve quatro filhos com a *outra*: o Júnior, a Pâmela, a Lara, que a chama de mãe até hoje, e o Richard, que é o filho adotivo. Teve um dia que ligaram para ela, dizendo que a mulher do ex-marido tinha fugido e as crianças estavam sozinhas em casa.

A Neiva disse que foi na casa do ex-marido e constatou uma cena horrível: uma peça pequena quadradinha, com vela acesa e as crianças gritando. Os filhos maiores comiam o que tinha e os pequenos ficavam com fome. *O Richard tinha nove meses e pesava três quilos, ele não conseguia sequer esticar o bracinho.* Ela foi trocar as fraldas do Richard e se apavorou, ao invés de fralda tinha uma blusa de lã, a pele do menino estava em carne viva. Levou ele para sua casa, deu banho, trocou a fralda e depois o levou para uma consulta na Faculdade de Medicina.

oferecem, podem se tornar objeto de aspiração de muitas pessoas, mediante a total falta de escolha.

Tão logo o médico viu o estado do menino, começou a insultá-la, exigindo explicações para saber o motivo de ela ter deixado uma criança ficar naquela condição. No momento que o médico parou de falar, ela perguntou: *deu? Posso falar? Essa criança não é minha*. E passou a explicar a situação, para o médico.

Depois de ficar a par da situação¹⁵, o médico lhe pediu desculpas e elogiou sua atitude. Encaminhou o menino com urgência para a hospitalização, pois o mesmo estava desidratado. Neiva ressaltou que, desde o momento de internação do menino no Hospital de Clínicas, percebia a forma com que as pessoas olhavam para ele, devido a sua aparência física. Essa circunstância, certamente, provocava em Neiva um sentimento de vergonha, pois embora não fosse a mãe, quem a via não sabia disso, e a aparência débil, provocada por deficiência de alimentação, sugere algo que denota a falta de zelo da mãe para com os filhos e evidencia sua irresponsabilidade (CANESQUI; GARCIA, 2005).

Depois que saiu do hospital, a Neiva expressou que o cuidado com a saúde do menino ainda foi bem difícil, mas teve a ajuda de uma vizinha, chamada Eva, que era esposa de um leiteiro. No bairro, a vida de todos é conhecida por todos, o que impede que a pessoa tenha sua vida privada, no entanto se algum morador atravessar alguma dificuldade, ele receberá um generoso amparo de seus vizinhos (KOURY, 2014). Dona Eva levava leite para alimentar o menino e aconselhou Neiva a misturá-lo com água, pois podia ser muito forte para ele, que ainda estava convalescendo. A disposição de dona Eva para ajudar a Neiva indica a presença de um sentido de coletividade na vizinhança. A Neiva falou que hoje a dona Eva é falecida, mas enfatizou que nunca vai esquecer o que ela fez pelo filho.

Observando o carinho com que a Neiva se refere ao filho, cuja mãe biológica foi, com certeza, uma pessoa que muito a prejudicou, recorro ao pensamento de Fonseca (2006), que explora a ideia de que a presença de uma criança pode formar uma rede de amparo ao seu redor e servir de moeda de troca para a manutenção da mesma. Fonseca (2006) analisa a possibilidade da adoção de crianças para impedir o afastamento de homens do grupo de parentesco.

¹⁵ Amadigi et al. (2009) salienta a relevância da constituição de um ambiente propício ao diálogo entre os agentes implicados no tratamento curativo, a fim de viabilizar a restauração da saúde, evitando-se a instalação de práticas de poder de um ator sobre outro.

Como os homens têm a reputação de ser menos ativos no intercâmbio diário com parentes, mais passíveis de romper com o grupo de parentesco, não seria este tipo de adoção uma tática para reatar parentes ágnatos ao grupo (FONSECA, 2006, p.33)?

Ainda que a condição da Neiva não fosse de parente – e sim de ex-companheira – e também que estivesse compadecida pelo estado de enfermidade do menino, é provável que a “circulação” dos filhos do ex-marido tenha contribuído para restaurar a união do casal (FONSECA, 2002).

Neiva explica que, neste período, o marido abriu os olhos, voltaram a morar juntos e se casaram na igreja. Demonstrou admiração pelo marido ser um homem muito responsável¹⁶ com o seu trabalho.

2.2 Neiva, o Eldorado e o seu zelo pela Praça da Rua 2

Quando perguntei sobre sua chegada no Eldorado, Neiva me respondeu que foi uma maravilha, sua primeira casa! Perez e Bairon (2013) expressam que o alto grau de satisfação com uma conquista obtida geralmente parte de pessoas da classe D que migraram para a C ou da E que migraram para a D. Explicam que, entre outros motivos, essa mobilidade foi viabilizada através “das políticas de transferência de renda do Governo Federal nos últimos 9 anos” (PEREZ; BAIRON, 2013, p.185). E este é exatamente o caso de Neiva, a qual manifestou que foi uma alegria sair de uma casa na beira do Barranco e ir para uma casa do Minha Casa Minha Vida.

O Minha Casa Minha Vida foi um programa criado em 2009, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com os objetivos de movimentar a construção civil brasileira e de enfrentar a crise econômica internacional, que começou no ano de 2008, o Minha Casa Minha Vida (MCMV) acabou se tornando uma ferramenta no combate ao déficit habitacional do país.

Segundo Inês Magalhães, ex-ministra das Cidades:

Em 2009, tivemos o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Focado na produção habitacional, com uma meta ousada, trouxe pela primeira vez, em décadas, possibilidades reais de

¹⁶ Romanelli e Bezerra (1999, p.82) afirmam que “as mulheres chefes de família desejam uma união estável com um companheiro que, além de parceiro afetivo-sexual, seja também colaborador nas despesas domésticas”.

enfrentamento do déficit quantitativo de forma abrangente (MAGALHÃES, 2016, p.3).

Magalhães (2016) manifestou que considerava o MCMV mais que um programa de governo, mas uma política pública estabelecida como um dos maiores legados socioeconômico do país. Salientou que o MCMV, como toda política pública, estaria sujeito à apropriação e ao compromisso dos agentes públicos que estivessem no governo do Estado. Quanto aos números do MCMV, Inês Magalhães disse, referindo-se ao ano de 2016, que mais de 10 milhões de pessoas estavam morando em residências do MCMV e que o Programa já era uma realidade em mais de 5.300 cidades. Explicou que o MCMV foi dirigido à zona urbana e à rural e dividido em três faixas de renda. Segundo Magalhães, o MCMV foi sendo aprimorado, desde sua criação. No decorrer da fase 2, passou por adaptações referentes à infraestrutura, participação mais efetiva dos municípios e estados, sustentabilidade e administração do condomínio. Além disso, também ocorreu melhorias de cunho social: foi criada uma reserva mínima de 3% de moradias para idosos e deficientes e permitido que mulheres que chefiavam famílias e tivessem renda até R\$ 1.600,00 pudessem assinar o contrato, sem o consentimento dos maridos. Com relação à fase 3, disse que havia compromisso com a agenda Minha Casa + Sustentável, focalizando na qualidade da edificação, em ações que garantissem uma maior inserção urbana, na distribuição territorial dos condomínios de forma a atender às demandas do país, na criação de um Sistema Nacional de Cadastro Habitacional que proporcionasse maior transparência na triagem dos beneficiários e na geração da faixa 1,5, para atender famílias com renda intermediária entre as faixas 1 e 2. Inês Magalhães expressa que na área da habitação o governo Lula tinha um firme propósito de “ampliar as condições de garantia de moradia digna para as famílias que precisam da ação do Estado para ter este direito assegurado”. E foi exatamente essa moradia digna que fez diferença na vida da Neiva. Ela me disse que sua casa é pequena, mas tem banheiro. E essa casa com banheiro – que está no seu nome – garante dignidade à sua família, proporciona que Neiva receba visitas sem passar constrangimento, permite que ela organize e enfeite, de acordo com o seu gosto, e ainda que mantenha limpa e cheirosa, como fazia na casa das patroas.

Disse-me que quando foi morar no Eldorado, começou a limpar a praça que fica do outro lado da rua, visto que depositavam muito lixo no local. Ela e o Richard plantaram árvores, colocaram pneus e os pintaram. A alegria de ter adquirido sua casa própria, a qual está situada na esquina da rua, que faz divisa com a Praça, motivou a Neiva a arrumá-la para melhorar a vista que tinha de sua casa. Afinal, ela era, enfim, moradora do Condomínio Residencial Eldorado e já tinha desenvolvido um sentimento de pertença àquele lugar, reconhecendo-o como extensão da sua casa (AGIER, 2011). Salientou que hoje a Prefeitura faz a limpeza, basta solicitar.

Neiva me falou, com muita satisfação, que tomou conhecimento de que quando estavam decidindo o lugar em que seria iniciada a aplicação do Projeto Bons Vizinhos no Condomínio Eldorado, alguém falou das benfeitorias feitas na Praça, pelos próprios moradores, e isso fez com que a Secretaria de Habitação decidisse por aquele espaço para o iniciar os Círculos de Construção da Paz. Os Círculos no Condomínio Eldorado foram realizados na referida Praça até o dia em que um forte temporal danificou a barraca, sob a qual se reuniam os moradores.

Figura 1 - Círculo de Construção da Paz na Praça da Rua 2 do Condomínio Residencial Eldorado, ao ar livre.



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2019.

Figura 2 - Círculo de Construção da Paz na Praça da Rua 2 do Condomínio Residencial Eldorado, sob a barraca.



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2019.

Depois do extravio da barraca, a Neiva abriu o portão de sua casa para que os Círculos tivessem continuidade.

Figura 3 - Círculo de Construção da Paz no Condomínio Residencial Eldorado, na garagem da casa da Neiva.



Percebi que a conquista da casa própria gerava um sentimento de sonho realizado para a Neiva, a julgar por suas palavras: *até agora é uma alegria, ainda não caiu a ficha*. Disse lembrar perfeitamente do dia em que chegou no Eldorado, *caia uma garoazinha, foi no ano de 2011*. Finalizando, afirmou: *estou feliz da vida!*

2.3 Glória: a família e sua militância na organização popular

Outro dia, fui na casa da Neiva e pedi para ela me dizer onde morava a Glória. Ela me explicou que dobrasse na primeira rua à direita, depois na próxima à esquerda e perguntasse para qualquer pessoa, que eu encontrasse, onde ficava a casa da Glorinha. Assim eu fiz, mas não foi preciso perguntar, pois avistei a Glória na frente de sua casa. Ela e mais algumas pessoas desfrutando do sol em dia de frio. Constatei que a mesma “dimensão da coletividade” (PEREZ e BAIRON, 2013, p.185), que se fazia expressa nas narrativas da Neiva, se fazia visível no grupo reunido em frente à casa da Glória.

Perguntei se ela lembrava de mim, falei que participei de um Círculo. Ela lembrou que também me chamavam no diminutivo – Glorinha e Aninha – e me acolheu com um abraço. Com a minha chegada, o grupo que conversava se desfez, ficando apenas o filho, que observou nossa conversa.

A Glória mora na última casa de uma rua sem saída, no final da rua tem ainda um pouco de vegetação nativa. Uma das filhas mora ao lado. Outra mora perto. A filha, que mora ao lado, aumentou a casa, fez uma área coberta na frente da casa. A Glória me disse que não pode aumentar a casa, por falta de condições financeiras. Eu argumentei que aumentar a casa, acarreta em aumento de área para limpar. Mas ela me respondeu que com ela moram o marido, o filho que tem esquizofrenia – que estava no portão – e quatro netos e, portanto, necessitariam de mais cômodos na casa.

Disse que tem dezesseis netos e três bisnetos. Ressaltou que são pobres, mas tem uma estrutura familiar. A filha é filha, mas é uma vizinha como qualquer

outra, existem limites entre elas, uma não vai mexer nas coisas da outra, mas quando alguém precisa, todos ajudam. Essa última frase da Glória me leva a entender o arranjo de sua residência, pois moram na mesma casa ela, o marido, um filho e quatro netos. Certamente a presença dos netos está associada a essa ajuda, a qual pode ser entendida a partir da observação de Fonseca (2005) ao expressar que “para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (FONSECA, 2005). Certamente também, a Glória cuidará dos netos, enquanto sua ajuda for necessária. Cláudia Fonseca menciona que arranjos de famílias de baixa renda são frequentemente alterados e por esse motivo argumenta que fazer uma análise dessas famílias com base na “unidade residencial” (FONSECA, 2004, p.32) pode induzir a uma confusão e salienta que “o grupo residencial chega a se transformar várias vezes num mesmo ano” (FONSECA, 2004, p.32).

A Glória me contou que saiu de São Lourenço do Sul para Pelotas, porque lá não havia emprego. O marido trabalhava na rede elétrica e veio procurar trabalho aqui. Quando chegaram a Pelotas foram morar no Beco do Castilhos, era o *pior local* da Vila Castilhos. A Vila Castilhos carregou por muito tempo o estigma de local de muita violência em Pelotas. A falta de condições financeiras obrigou Glória e o marido a sujeitarem-se¹⁷ a morar naquele local conhecido por perigoso. A Glória me disse que venderam uma geladeira e com o dinheiro compraram um chalé, para não precisar pagar aluguel. A desvalorização da área e as condições do chalé permitiram que o custo do mesmo equivalesse ao valor de uma geladeira usada. Manifestou que *graças a Deus*, moraram lá por dois anos e meio, tinham uma boa convivência, embora tenham coabitado com as ditas *piores*¹⁸ pessoas, sempre houve muito respeito da parte de todos.

¹⁷ Outra condição do ser pobre: a recusa constante de suas pretensões ao valor moral positivo, à respeitabilidade que sempre o leva às margens do socialmente aceitável e reconhecido e o faz entrar, às vezes, como membro assumido das classes perigosas (Zaluar, 1985, p.169).

¹⁸ O adjetivo “piores” me fez lembrar das palavras de Eduardo Moreira (2019) em seu livro “Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa”, o qual descreve que sentiu a necessidade de fazer a experiência da desigualdade, que ele conhecia apenas na teoria. Para tanto, pediu ajuda a um amigo para que conseguisse que fosse recebido por um dos “grupos extremamente marginalizados pela nossa sociedade, pintados como “perigosos” ou simplesmente “inferiores” pela mídia, e que certamente viviam o lado cruel da desigualdade” (MOREIRA, 2019, p.112). Considerando a convicção de Moreira (2019) os moradores do Beco da Castilhos estavam nessa situação extrema de desigualdade e, portanto, eram considerados temerários.

Depois da Castilhos, moraram um tempo na rua Barão da Conceição, próxima à igreja Quadrangular, perto dos trilhos. Depois moraram de aluguel no bairro Jardim América, no município do Capão do Leão. Residiam bem perto da Escola Municipal Elberto Madruga, na qual os filhos estudaram. No Jardim América moraram três anos e meio, em três lugares, todos próximos. As sucessivas mudanças estavam condicionadas ao trabalho do marido, às vezes trocava de empresa, o dinheiro diminuía e eram obrigados a se mudar. Referente à conquista de um emprego e à manutenção do mesmo é importante termos ciência de que todos nascem com determinadas capacidades, no entanto se não tiverem oportunidade de desenvolvê-las no decorrer da vida, através principalmente da educação, se torna muito difícil conseguir acesso ao mercado de trabalho. Amartya Sen chama de “oportunidades sociais” (SEN, 2010, p.58) o que provavelmente faltou ao marido da Glória e, por conseguinte, o impediu de se qualificar, que conseqüentemente, o impediu de obter um emprego com salário digno, que por sua vez, o impediu a liberdade de escolher um lugar para ele e sua família morarem. Segundo Amartya Sen (2010, p.59) “essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada, mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas”.

Depois disso foram morar no Loteamento Santa Teresinha. A propósito, segundo a Glória, “quem começou o loteamento foram a Glorinha e mais seis pessoas”. Essa informação não me surpreende, a Glória tem um perfil de liderança, ela chamou minha atenção desde que a conheci, é simples, agradável, inteligente e muito perspicaz.

Relatou-me que foi vice-presidente da diretoria, constituída para regularizar o assentamento. Contou que antes de assumir o cargo, alguns integrantes pegaram o dinheiro do pessoal e não fizeram o que prometeram, não arrumaram advogado.

O presidente¹⁹, que segundo a Glória, não se impunha, deixava os outros tomarem decisão, acabou ficando sozinho e foi procurá-la. Pediu o seu apoio,

¹⁹ E o foco central dessa vigilância sobre quem desempenha funções públicas é o presidente, “força maior” dentro da agremiação, figura que carrega consigo todas as contradições do exercício do poder entre eles. Alvo maior das fofocas, vulnerável a acusações de roubo, o presidente é atentamente observado por todos que buscam sinais de que fraqueja, de que não mais se esforça, de que desanima (Zaluar, 1985, p.197).

explicando que uma oficial de justiça tinha entregue uma intimação, para a qual ele estava coletando assinatura dos moradores. A Glória exclamou: *meu querido onde existe um oficial de justiça, existe um processo. Então, tu já deves saber que terás que enfrentar uma reintegração de posse.* Aceitou ajudar o presidente, assumiu a vice-presidência. Alertou o presidente de que a numeração das casas, citada no processo, estava errada. Reforçou que, além do mais, a oficial de justiça foi procurá-los exatamente na manhã do dia que teria o jogo da seleção brasileira, em que o Brasil foi pentacampeão. O sentimento de unidade, de coletividade, que gera no povo brasileiro ao assistir à seleção brasileira jogar na Copa do Mundo, é tal que fez com que a Glória pensasse que entregar uma intimação, naquele dia, fosse um ato de maldade.

Retornando ao assunto do processo, ela me revelou que ficou enfurecida quando se deparou com a oficial de justiça. Mencionou que duas amigas fortes não conseguiram segurá-la e ela interpelou a oficial de justiça, dizendo: *em primeiro lugar tu és uma pessoa mal-amada, não deves ter família, estás abusando da tua autoridade, hoje é dia de jogo da seleção brasileira! Aqui não tem vagabundo, nós somos trabalhadores!* A oficial disse que chamaria a polícia, mas a Glória respondeu que a desafiava a chamar a polícia, *para ver quem estava agindo de má fé.* Glória ficou revoltada pelo dia escolhido pela oficial para entregar a intimação, no entanto demonstrou seu descontentamento de forma ofensiva, externando, de certa forma, a reprodução de uma cultura machista.

Foram posteriormente chamados para uma audiência no Fórum. Montaram uma comissão e se apresentaram, porém foi cancelada a audiência. Novamente ela abordou a oficial de justiça: *escuta aqui o mal-amada, fizeste as pessoas virem até aqui, para quê? O que tu esperas de mim? Só leva outra intimação, quando tiveres alguma coisa concreta.*

Ao voltarem para o Loteamento, a Glória combinou: *gente, amanhã de tarde, que é sábado e ninguém trabalha, vamos nos reunir para ver o que fazemos. Ou nos unimos ou vamos ter que sair daqui! O presidente já fez a coisa errada, não somos nós as pessoas de quem ela precisa da assinatura, o local é*

outro. Nós temos famílias, não sabemos como proceder, precisamos de um advogado. Glória expressiu que as pessoas já haviam gasto o dinheiro que tinham e estavam ressabiadas ²¹. Nesta época, Glória, através de um cargo de confiança na gestão do Prefeito Fetter Júnior, trabalhava na Secretaria da Habitação e seus colegas lhe indicaram um bom advogado. Ligou para o Dr. Galli e pediu que este fosse até o loteamento Santa Terezinha, para conversar com os moradores. Pediu também que todos se empenhassem em participar, caso contrário ela *lavaria as mãos*. O advogado compareceu, conversou com os moradores e cobrou R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que seria dividido entre todos, para entrar com uma solicitação de revisão do processo, diretamente na comarca de Porto Alegre. Ela não quis pegar dinheiro de ninguém, foi acordado que cada um entregaria a sua parte diretamente para o advogado. Não querendo ficar com dinheiro alheio, Glória reafirma sua honestidade. E toda vez que ela repetia *somos trabalhadores*, percebi que o termo “trabalhador” tinha, para ela, um significado a mais do que o que consta nos dicionários. Quando ela falava aos agentes públicos, que eram trabalhadores, parecia que queria reforçar a honestidade do grupo e argumentar o motivo pelo qual suas pautas mereciam ser consideradas. Quando ela falava aos seus pares, que eram trabalhadores, parecia que queria motivá-los a sentirem orgulho da função que, com honestidade, desempenhavam. “Para as classes socialmente desprivilegiadas, o ato de trabalhar exerce significações muito maiores para as suas vidas coletivas” (SILVA; FREITAS, 2016, p.49, *apud* Bourdieu, 1979).

Em três meses, quando voltava da Escola Maria Antônia com as crianças, parou um carro preto, desceu um homem de terno e gravata e perguntou quem era a Glória – eles já tinham ido no loteamento e foram informados de que a Glória tinha ido buscar as filhas na escola – ela pediu para as vizinhas que levassem suas filhas e, sem questionar, entrou no carro. Depois que se apercebeu, que entrou no carro sem saber quem eram os homens e o que queriam. Mas, logo em seguida, eles disseram que a levariam na Ilha da Páscoa, uma localidade que ficava próxima ao Loteamento Santa Terezinha. Neste

²¹ Segundo Amartya Sen (2010, p.354) quando há o desejo da instauração de uma cultura contrária à corrupção é importante ter ciência de que da mesma forma que uma conduta corrupta contagia outras pessoas a aderirem a ela, uma conduta na direção contrária também contagia outras pessoas.

momento é que ficou sabendo que os homens eram peritos e oficiais de justiça, que tinham vindo de Porto Alegre. Eles pediram para a Glória que os levassem até o representante dos moradores da Ilha da Páscoa, pois o processo, que o presidente recebera, era referente a este loteamento. E lhe disseram: *a senhora tinha razão, se a vila é aqui, a gente não pode tirar ela daqui e colocar em outro lugar, as pessoas de lá são umas e as daqui são outras*. Em quinze dias saiu a resposta e ganharam por unanimidade. Conforme Alba Zaluar (1985, p.177) o local onde se desenvolveu a sociabilidade passa a ser considerado pela habilidade de seus moradores “de jogarem bem esse jogo social” (ZALUAR, 1985, P.177). No caso dos moradores liderados pela Glória, a habilidade se deu a partir da organização, da confiança mútua e da persistência.

Tendo em vista que não tinham água e nem luz instaladas, faziam *gato* (instalações ilegais), para terem acesso a esses recursos. Certa ocasião, o presidente e a Glória foram intimados pela promotoria de justiça a comparecerem no Ministério Público. O Promotor chamou primeiro a Glória e explicou para ela que o advogado Cattaneo foi processado pela CEEE, porque tinha *gato* de luz em sua propriedade rural. Então, querendo produzir provas contra a CEEE, fotografou os funcionários da referida empresa cortando a energia elétrica dos moradores do Loteamento Santa Terezinha, sem retirar os fios. Argumentando que os funcionários da CEEE estavam sendo coniventes com o *gato*, que os moradores tinham feito. O Dr. Jaime Chatkin perguntou à Glória se ela e os moradores do Loteamento Santa Terezinha tinham *gato* para roubar energia elétrica e ela respondeu que sim. Perguntou também se ela considerava certo a CEEE apenas cortar os fios, ao invés de arrancá-los. Glória admitiu que a CEEE estava certa e os moradores errados. Esclareceu que tudo o que queriam era poder solicitar a instalação de energia elétrica, mas não podiam porque seus terrenos estavam irregulares. Afirmou que a atitude dos funcionários da CEEE estava certa e questionou o Promotor Jaime Chatkin: *se o senhor chegasse em um lugar, onde morassem quase 300 pessoas, entre elas crianças e idosos, o senhor teria coragem de arrancar os fios? Eu tenho certeza que o senhor jamais faria isso, pelo mesmo motivo que os funcionários da CEEE não fazem*. A Glória pertence ao grupo de pessoas que apreendeu, com os reveses da vida, a aprimorar táticas de sobrevivência, portanto sabe muito bem transladar entre o

legal e o ilegal (Telles e Hirata, 2007), demonstrando essa destreza na sua argumentação diante uma autoridade. E seguiu, respondendo que *o Dr. Cattaneo é advogado, tem uma fazenda, é rico, se não paga é porque não quer, mas os moradores do Loteamento não têm o direito de poder botar o seu poste e gastar a sua luz*. O Promotor Jaime Chatkin disse que, a partir daquele momento, passava a admirá-la muito mais. Segundo Yaccoub (2010), o *gato* não é uma prática apenas de pessoas de baixa renda, essa prática é encontrada em todas as classes sociais, bem como nos setores residenciais, comerciais e industriais. Explica que há “gato de pobre”, que é o “gato antigo” ou “gato vagabundo” (YACCOUB, 2010, p.64), aquele que coloca a ponta de um fio desencapado, em forma de gancho, diretamente no fio de baixa tensão da rede, e “gato de rico”, que é um “gato tecnológico” (YACCOUB, 2010, p.64).

Ao saírem, o Promotor pediu desculpas para o presidente, por ter chamado apenas a Glória e justificou dizendo ter percebido que ela estava mais por dentro do assunto. Mas ele respondeu: *se o senhor já conversou com a Glória, está conversado*. A Glória falou ao promotor, que se a CEEE precisasse, ela e os moradores do Loteamento Santa Terezinha se apresentariam como testemunha no processo do Dr. Cattaneo. O Promotor perguntou ao presidente se poderia contar também com ele, mas este disse que nem era mais presidente, pois a Glória estava mais preparada. A Glória me discorria o episódio orgulhosa de seu trabalho, pois a atuação de uma liderança fazendo a mediação entre os moradores e o Estado, segundo Alba Zaluar, é razão de “prestígio e poder” (ZALUAR, 1985, p.194).

Naquele mesmo dia, por volta das dezoito horas e trinta minutos, entra no loteamento uma caminhonete preta, de luxo, com vidros pretos. O pessoal se apavorou e procuraram a Glória. Ela ligou para um colega de trabalho, para que verificasse o dono do carro que tinha a placa tal. Ficou sabendo que o carro era do Dr. Chatkin. Acalmou as pessoas, dizendo talvez ele tivesse ido conhecer o Loteamento, visto que tinham conversado sobre os *gatos*, e que certamente seria chamada. Conforme ela pensou, aconteceu de ser chamada para falar novamente com o Promotor, o qual apertou sua mão e perguntou até que série ela tinha estudado. Ela respondeu que foi até a oitava série. Ele exclamou: *que pena!* Ele disse que enviaria um documento para a CEEE, solicitando a

instalação da luz elétrica para eles. E a Glória me disse: *eu fiquei sem palavras, só chorei na frente dele*. Embora a energia elétrica ainda não tivesse sido instalada, a Glória já experimentava a sensação de vitória, a qual seria dividida com todos, mas o seu desempenho dentro da rede seria revertido em capital social (ZALUAR; RIBEIRO, 2009).

Ela me falou: *parece que Jesus disse amém, pois naquela noite pegou fogo num barraco*. Relatou que ligou para a CEEE, para a Prefeitura e até para a imprensa. Os moradores não acreditavam que alguém fosse atender ao chamado, mas chegaram representantes da CEEE, da Prefeitura e do Ministério Público. Primeiro chegou o gerente da CEEE, que era o Sérgio Abreu, segundo a Glória, uma pessoa maravilhosa, extraordinária, homem grande, que a abraçou e ela ficou com a cabeça na cintura dele. Depois chegou o Dr. Chatkin e conversando com o gerente da CEEE, mencionou que a Glória era uma mulherzinha danada, que defendeu muito bem a CEEE na sua fala e pediu que o Sérgio providenciasse imediatamente a instalação de energia elétrica para os moradores do Loteamento, que ele assinaria em baixo. A Glória contou que o Sérgio lhe disse assim: *tu pega um ônibus, eu pago, leva todo o pessoal na CEEE para fazer o cadastro*. A CEEE disponibilizava postes para pessoas de baixa renda, cada casa recebeu um poste, para o responsável pagar em prestações mensais. Em quinze dias receberam a instalação de rede elétrica.

Glória me disse que nunca foi do Partido dos Trabalhadores, mas sempre se deu muito bem com a Miriam e o Marroni, prefeito nessa época. A Miriam era vereadora e marcou uma reunião com o diretor do SANEP (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), orientou a Glória para que falasse tudo, que tomasse conta da conversa. Mas a Glória ressaltou que não precisou *chorar* muito e o diretor disse que iria mandar botar água para eles. Três dias depois, entrou um carro do SANEP no loteamento. Quando chegou do trabalho, foi informada de que o diretor do SANEP estava a sua espera. Ela disse que ele prometeu que enviaria as máquinas para iniciar o trabalho, na próxima semana.

Quando saíram as reintegrações de posse, ela, o Paulo Oppa e outros membros do Partido dos Trabalhadores, foram conversar com o juiz, que lhe perguntou: por que vocês invadiram as terras dos outros? A Glória disse que não se conteve, levantou num salto e colocou as duas mãos na mesa do juiz e disse:

*doutor, o senhor vai me desculpar, nós somos pobres e não temos dinheiro para comprar juiz. Acabou de falar e fugiu para a Secretaria, onde trabalhava, que na época, ficava bem perto do Fórum. Disse que o juiz falou para o Paulo Oppa que ela era uma mulherzinha muito atrevida. O Paulo Oppa a defendeu, dizendo que ela era uma mãe de família, muito sincera. Ela me disse que logo em seguida percebeu que tinha desacatado uma autoridade, que ele poderia ter dado voz de prisão para ela, mas já tinha dito. Finalizou dizendo que *graças a Deus, se tu perguntares, para qualquer morador do Loteamento Santa Terezinha, quem é a Glorinha, eles vão te falar bem de mim.**

Entretanto, quando estavam botando os postes para a instalação de luz elétrica, me confessou ter arrumado uma inimidade, que motivou sua saída de lá. Pois, segundo ela: *chegou ao ponto em que ou o cara me matava ou eu matava ele.* Essa passagem da vida da Glória diz muito a respeito dos conflitos que podem ocorrer entre vizinhos. Para evitar que ocorram desavenças deste tipo é que foi criado o Projeto Bons Vizinhos. A Glória de hoje, que passou pelos Círculos de Construção da Paz e que aprendeu a utilizar o diálogo para resolver questões como esta, certamente não deixaria a situação evoluir ao ponto de um desejar matar o outro.

Figura 4 - Círculo de Construção da Paz no Condomínio Residencial Eldorado.



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2019.

Continuando, depois do loteamento Santa Terezinha foram para a rua Silva Paes, no bairro Py Crespo. O filho, que estava atento à nossa conversa, falou que de lá foram para o centro, depois foram para o chalé da Heloísa, depois para a Vega, depois para o Simões Lopes, depois voltaram para o Loteamento Santa Terezinha e depois, sim, vieram para o Condomínio Eldorado. Observa-se a repetição do padrão de circulação em vários endereços, pela cidade de Pelotas, pelos mesmos motivos já mencionados no caso da Neiva, ou seja, a impossibilidade de acesso das pessoas de baixa renda ao âmbito da habitação formal (Monteiro; Veras, 2017). No livro “Minha Casa...e a Cidade?”, os organizadores Amore, Shimbo e Rufino (2015), indicam a condição de nomadismo das famílias, anteriormente ao Programa MCMV, e no caso das minhas duas interlocutoras esse nomadismo foi involuntário, pois se estabeleceu por falta de condições financeira de pagar aluguel de uma casa.

2.4 Glória e o Condomínio Eldorado

Glória me falou: “a gente se cadastrou no Programa MCMV, quando eu era funcionária da Secretaria da Habitação, mas quando fomos sorteados eu não era mais. Quem se inscreveu foi o meu marido, que foi em seguida sorteado e fomos uns dos pioneiros no Eldorado”. Segundo o filho da Glória, levou aproximadamente um ano do ato da inscrição no Programa até serem chamados para assinar o contrato.

Figura 5 - Casas do Condomínio Residencial Eldorado



Fonte: Gabriela Silva, 2012.

Antes disso, fizeram a vistoria na casa. Glória narrou que quando foi olhar sua casa, pela janela viu que faltavam vaso e pia do banheiro e que o forro estava caído, ou seja, a casa tinha sido arrombada. Aproveitou que lá se encontravam o dono da construtora, Roberto Ferreira, e o então Prefeito de Pelotas, Adolfo Fetter Júnior, se aproximou deles e declarou que queria uma casa completa. O dono da construtora garantiu que a casa seria rapidamente restaurada.

Glória expressou que ela e a filha assinaram o contrato e pegaram a chave, das respectivas casas, em um dia e no outro já foram com a mudança para o Eldorado, pois a Construtora havia informado que depois de entregar a chave não teria mais compromisso de vigiar a casa. Contou que ao chegarem, ela e a filha, encontraram um vizinho, que mora na mesma rua, e uma vizinha, a quem Glória chama de Vozinha, que mora dobrando a esquina. Ressaltou que cada um deles tinha levado apenas um colchão para passar a noite. Ela, então, partilhou água quente, chimarrão e velas, tendo em vista que ainda não havia luz elétrica. Além deles, estavam no Condomínio, apenas os vigilantes da construtora, que protegem as casas. A solidariedade está expressa na Glória, no entanto, acolher bem a pessoa que vai morar próximo à nossa casa, para além de um ato de generosidade, pode ter o propósito de criar um ambiente favorável a fim de que, no momento que se necessite de ajuda, o referido vizinho venha a corresponder. Por mais desinteressada que seja uma dádiva, ao estar em uma situação de privação, o mínimo que se espera daquele a quem se ajudou é que, de alguma forma, nos recompense. E a dádiva não correspondida faz com que se veja como desprezível a pessoa que a recebeu, principalmente se não teve a intenção de ser recíproco (MAUSS, 2003).

O filho interrompeu nossa conversa, perguntando se a Glória já havia me falado que o ônibus não entra todos os horários no Eldorado. E que quando chove, tudo fica cheio de água. Ela explicou-lhe que no momento meu interesse estava nas moradias anteriores, pelas quais passaram antes de vir para o Eldorado. Entretanto, o transporte público é uma questão de grande interesse para pessoas de baixa renda e essa carência se soma à da distância do Condomínio ao posto de saúde, à do aquecedor de água que nunca funcionou, entre outras que talvez não me foram ditas. Motivada pela reclamação, realizei uma busca na página do MOOVIT (aplicativo de transporte público para *android*

e ios), a fim de tomar ciência sobre os horários em que o ônibus entra no Condomínio Eldorado e o resultado foi o seguinte:

Figura 6 - Transporte para os moradores do Residencial Eldorado

TRANSPORTE PARA OS MORADORES DO RESIDENCIAL ELDORADO			
LINHAS	3465 - Pestano via Eldorado	3561-Getúlio Vargas via aeroporto	3562 - Getúlio Vargas via Eldorado
Horário de 2ª - 6ª feira	23:00	06:00 às 22:00	23:05
Horário aos sábados	Não tem	05:30 às 23:10	20:45
Horário aos domingos	Não tem	05:30 às 23:10	Não tem
Entra no Eldorado	Sim	Não	Sim

Fonte: Elaboração Própria, 2020.

A tabela acima mostra que apenas a linha 3561 dispõe de vários horários de transporte coletivo, no período da manhã à noite, incluindo sábados e domingos, entretanto na referida linha os ônibus não entram no Condomínio Eldorado, passam na Avenida Zeferino Costa.

As linhas que entram no Condomínio Eldorado:

- 3465 passa apenas às 23h, de segunda à sexta-feira;
- 3562 passa às 23h05min de segunda à sexta-feira e aos sábados apenas às 20h45min.

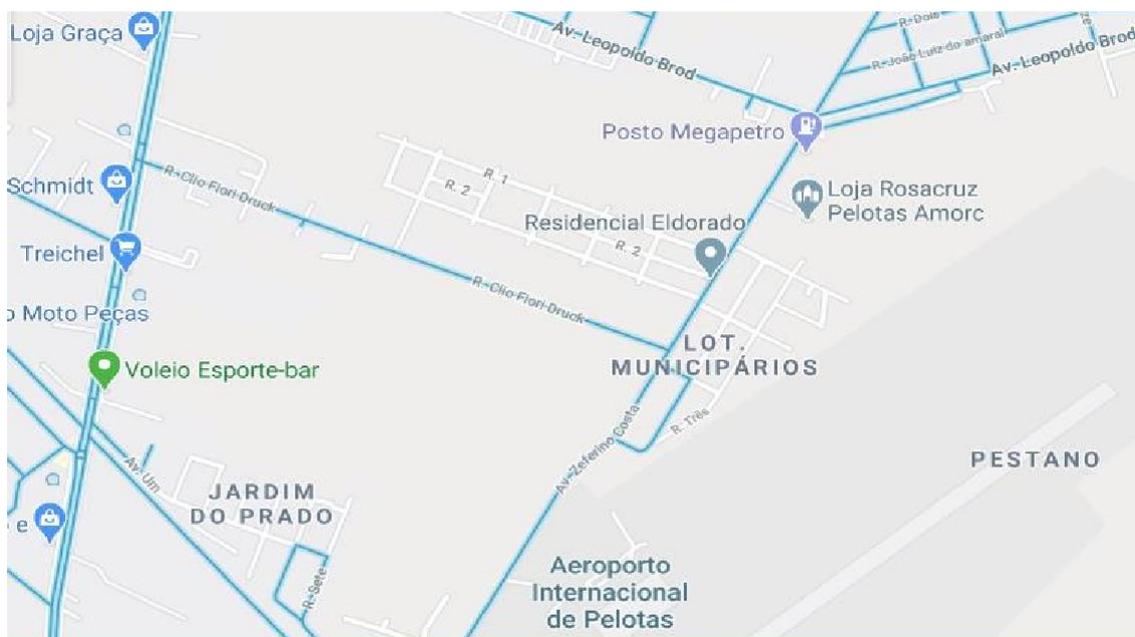
Ou seja, o trabalhador que mora no Condomínio Residencial Eldorado e que utiliza o transporte coletivo, em horário comercial, terá sempre que se deslocar a pé até a Avenida Zeferino Costa. De acordo com a localização de sua casa dentro do Condomínio, bem como das condições climáticas do dia, o trabalhador começa cedo a enfrentar adversidades. Somado a isso, existe ainda uma grande probabilidade de que o ônibus ao chegar na parada do Condomínio Eldorado já esteja lotado, visto que ele já traz os moradores do Getúlio Vargas, que também estão indo para o seu trabalho.

O jovem que quiser participar de festas noturnas, aos sábados, em outras localidades da cidade, se a família não possuir automóvel, terá que conseguir carona ou adequar sua saída aos dois horários em que o ônibus entra no Condomínio, pois, à noite, o deslocamento até à Avenida Zeferino Costa é perigoso. Saliento que os motoristas de aplicativos têm medo de transportar passageiros da periferia no turno da noite, geralmente quando eles identificam o local imediatamente cancelam a viagem. Quem estuda à noite, em outras regiões da cidade, se sair mais cedo da aula terá que ou aguardar dentro da escola até às 23h ou utilizar o transporte que não entra no Condomínio Eldorado, terá que desembarcar do ônibus na Avenida Zeferino Costa, correndo o risco de ser assaltado no trajeto até sua casa.

A Neiva me informou que desde que iniciou a pandemia, os poucos horários em que ônibus entrava Condomínio Eldorado, foram suspensos. Então, a única parada de ônibus ativa é da Avenida Zeferino Costa.

Observa-se, portanto, que os problemas para a população de baixa renda não acabam com a aquisição da casa própria. Muitas vezes o próprio local em que foi construída a moradia pode aumentar as dificuldades que as pessoas enfrentarão para se deslocar até o trabalho e até a escola. Caldeira (2000) diz que é impossível para jovens de periferia escapar de usar o transporte coletivo ou de ficar dentro deles por longo tempo.

Figura 7 - Mapa do Condomínio Residencial Eldorado



Fonte: Google Earth (acesso em 05/07/2020).

Relativo aos sentimentos antagônicos de contentamento pela aquisição da casa própria e de decepção dos beneficiários do Programa MCMV, Maria Beatriz Rufino, professora da FAU/USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) manifesta que:

De maneira geral, os altos índices de satisfação com a propriedade privada e regular da moradia, contrastam com percepções de piora no acesso aos transportes, comércios e serviços e relatos sobre o medo das mães de exporem suas crianças ao convívio social nos espaços coletivos do condomínio (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015, p.70).

Além desses problemas, ainda está o de terem se afastado do núcleo de parentesco e de amigos, que em fases de doença, desemprego e dificuldade financeira poderiam dar algum apoio. O Projeto Bons Vizinhos, através dos Círculos de Construção da Paz, visou transmitir uma noção de coletividade que viesse a desenvolver entre os vizinhos sentimentos de solidariedade e empatia. Entretanto, segundo Joel, – Assistente Social do SENAC, responsável pelo controle de frequência das atividades do Projeto de Retomada do Trabalho Técnico Social, do qual o Projeto Bons Vizinhos foi uma entre as várias

atividades – no Condomínio Eldorado foram realizados 38 Círculos, que contaram com a participação de 425 moradores no total. Esses dados nos revelam uma média em torno de 11 moradores por Círculo realizado, no entanto o Condomínio Residencial Eldorado é formado por 420 residências (SALAGNAC, 2012), o que nos mostra que os Círculos não atingiram nem 3% dos moradores. Assim sendo, mesmo se as respostas dos moradores que participaram do Projeto forem positivas, o alcance do mesmo foi muito pequeno.

Através da trajetória de minhas interlocutoras busquei mostrar padrões de reprodução das relações de família, parentesco, vizinhança e mobilidade espacial de famílias de baixa renda, na cidade de Pelotas, e suas estratégias de moradia.

Na introdução do presente capítulo me propus a responder qual o sentido da moradia para essas mulheres incríveis, que são minhas interlocutoras. Busquei aguçar a minha sensibilidade, almejando fazer uma “descrição densa” (GEERTZ, 2008), no entanto o que compreendi a respeito delas, que descrevo nos dois parágrafos a seguir, está carregado da forma como eu as enxergo, ou seja, é a minha “própria construção das construções” (GEERTZ, 2008) da Neiva e da Glória.

A Neiva demonstra um sentimento de pertencimento tal ao Condomínio Eldorado, que a faz se colocar a serviço, não só na limpeza e arrumação da Praça, mas realizando festinhas para as crianças na Páscoa e no Natal, abrindo a sua casa para me receber, receber as vizinhas e receber os Círculos de Construção da Paz. Como ela própria manifestou: se alegra em saber que sua casa é um ponto de referência no Eldorado.

A Glória representa estar sempre pronta a militar, a se dedicar integralmente por uma causa, parece que basta apenas uma revelação de necessidade de sua ajuda e ela estará apta a pensar as estratégias, para vencer a luta. A moradia para ela é importante porque abriga a sua família, mas penso que se alguém a convidar para iniciar um novo loteamento, imediatamente estará arregaçando as mangas para tal.

Antes de concluir o presente capítulo, tenho que expressar meu contentamento em conhecer essas mulheres, que confiaram em mim e me expuseram suas histórias. Ultimamente, tendo em vista o isolamento social que

a pandemia do novo coronavírus nos impôs, meus contatos têm sido feitos apenas com a Neiva, via *whatsapp*, pois não tenho o contato da Glória. Mas, no ano de 2019 e início de 2020, fui várias vezes no Condomínio Eldorado, até sem avisá-las e, ainda assim, me receberam com alegria e paciência. Uma dessas vezes, ao chegar no Eldorado, avistei a Glória empurrando um carrinho de mão, cheio de materiais que ela vende para fins de reciclagem. Um de seus netos a acompanhava ao lado. Lembrei que ela havia mencionado, no Círculo que presenciei, que leva os netos consigo para reciclar e aproveita para lhes ensinar sobre a dignidade e a decência do trabalho. Finalizo com a perspectiva de Cláudia Fonseca a respeito da adaptação das pessoas de baixa renda às condições socioeconômicas, a que estão submetidas. “O que se constata é um enorme leque de práticas de organização doméstica e social, dando prova da criatividade dos humanos para inventar formas culturais conforme o contexto em que vivem” (FONSECA, 2006).

3. Como se constituiu o Projeto Bons Vizinhos no Condomínio Eldorado

Este capítulo tem o propósito de retomar o objetivo desta dissertação, que consiste em pesquisar os desdobramentos da Justiça Restaurativa voltados para a prevenção de conflitos, através da aplicação do Projeto Bons Vizinhos no Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida “Residencial Eldorado”, localizado na área norte de Pelotas, RS, para fins de entender como a comunidade do referido condomínio assumiu a proposta feita pelo Poder Judiciário.

Refiro-me a desdobramentos, porque a Justiça Restaurativa tem o propósito de fomentar justiça, podendo reunir todos os atores que de alguma forma estejam envolvidos numa situação de transgressão ou lesão e também os que tenham algum interesse de participar do processo de identificação e tratamento dos danos causados, com o intento de restauração (ZEHR, 2015). No entanto, no Projeto Bons Vizinhos ela é utilizada para prevenir conflitos que possam vir a ocorrer entre vizinhos, com o objetivo de refrear processos judiciais.

No artigo intitulado “Tecnologias da não-violência e modernização da justiça no Brasil”, Patrice Schuch manifesta que desde 2005 estavam em vigência, em três localidades no Brasil, um projeto piloto, através do qual está sendo utilizada a Justiça Restaurativa na Vara de Execuções de Medidas Sócio-Educativas, na área de Infância e Juventude. As localidades eram Porto Alegre, RS, Núcleo Bandeirante, DF, e São Caetano, SP. A autora informou no artigo, que em São Caetano, o método aplicado foram os Círculos, “no intuito de que os conflitos não cheguem até o Judiciário” (SCHUCH, 2008, p.503). Ou seja, a Justiça Restaurativa já vem sendo utilizada, na perspectiva da prevenção de conflitos, há muito tempo, no Brasil.

No artigo “o primado do direito e as exclusões abissais: reconstruir velhos conceitos, desafiar o cânone”, Sara Araújo tece várias críticas ao Estado de direito, que, segundo ela,

reconhece as agências internacionais que asseguram a hegemonia do modelo capitalista neoliberal e reivindica a universalidade dos direitos humanos formulados a partir de uma perspectiva eurocêntrica (ARAÚJO, 2016).

A autora ao “desafiar o cânone”, sustenta a ideia de reintegração de uma concepção jurídica múltipla, que vislumbre outras possibilidades (ARAÚJO, 2016). A meu ver, a Justiça Restaurativa pode ser uma dessas possibilidades, principalmente porque seus modelos estão interligados à cultura da comunidade, a qual vai aplicar os seus princípios, através do diálogo sobre a sua realidade, de forma horizontal. O Projeto Bons Vizinhos utiliza como metodologia o modelo de processo circular da Justiça Restaurativa, os Círculos de Construção da Paz, com o propósito de promover uma cultura da paz no âmbito do Condomínio Residencial Eldorado. Minha intenção é apresentar minha compreensão a respeito de como o Projeto Bons Vizinhos se constituiu no Residencial Eldorado.

3.1 Projeto Bons Vizinhos como política do diálogo e de prevenção a conflitos

É necessária uma análise sobre a possibilidade de o Projeto Bons Vizinhos ter produzido uma política do diálogo e de prevenção a conflitos, neste contexto em que muitas vezes se diz uma coisa e se faz outra. Dizer e cumprir o que se disse foi algo que denotou muito valor à pessoa, porém em tempos idos, hoje vivemos num outro cenário, cuja descrição me faz recorrer a Zigmunt Baumann. Segundo o autor, no “ambiente líquido-moderno” (Baumann, 2009), o cumprimento estará atrelado às circunstâncias do momento, é possível que, passado algum tempo, já não seja conveniente a manutenção da palavra. Então, simplesmente se volta atrás e o outro que se empenhe para resolver. Sobre o limiar entre a felicidade própria e a felicidade do outro

...declara que atar e desatar os vínculos são atos neutros, moralmente indiferentes, de modo que os atores são a priori eximidos da responsabilidade pelas consequências recíprocas de seus atos (BAUMAN, 2009, p.172).

Considerando essa sociedade expressa por Bauman (2009), a qual produz violência, exclusão, humilhação, dentre outros fenômenos sociais, Molinaro (2017) orienta que, para a parcela excluída de desfrutar de uma vida digna, seja proporcionado um meio através do qual seja possibilitada a ciência sobre os Direitos Humanos e Fundamentais, bem como a compreensão da “dignidade

e interculturalidade” (MOLINARO, 2017). Ele sugere a criação de um direito, pensado a partir das privações das pessoas e menciona “o problema é gravíssimo e não reside no ‘acesso à justiça’ dos excluídos, mas, sim, de sua ‘participação na justiça’” (MOLINARO, 2017, grifo do autor). Segundo o autor esse direito deve ser promovido junto às pessoas, para que adquiram capacitação e autonomia, a fim de participarem de deliberações que sejam do seu interesse (MOLINARO, 2017). Esse pensamento de Molinaro direcionou a minha memória às abordagens da Justiça Restaurativa, as quais necessitam da colaboração das pessoas envolvidas. Os três tipos básicos de abordagens da Justiça Restaurativa são “os encontros vítima-ofensor, as conferências de grupos familiares, e os processos circulares” (ZEHR, 2015, p.62), mas, em muitas vezes, essas práticas são usadas de forma combinada, adaptando à realidade local, pois a Justiça Restaurativa leva em consideração a cultura da comunidade na qual ela será aplicada.

Discutido o contexto, bem como a capacitação da pessoa para viabilizar sua participação em questões cujos resultados possam lhe afetar, busquei entender como se estabelece a relação de confiança na atualidade, a partir das ideias de Anthony Giddens. O autor explica que no tempo em que o antônimo de amigo era inimigo, a confiança era primordial. Na modernidade, o antônimo de amigo passa a ser “‘conhecido’, ‘colega’, ou ‘alguém que não conheço’” (GIDDENS, 1991, p.121, grifo do autor). Relata que a honra foi convertida em lealdade, baseada na afetividade, e a sinceridade foi transformada em autenticidade, não é mais necessário que o amigo fale sempre a verdade, mas ele deve ser aquele com quem podemos contar sempre, em momentos de dificuldades (GIDDENS, 1991).

Assim sendo, é possível que Projeto Bons Vizinhos tenha produzido uma política do diálogo e de prevenção aos conflitos, mesmo o contexto atual não sendo favorável a questões de coerência e confiança, de um modo geral, ainda permanece a confiança no amigo, no parente e na comunidade (GIDDENS, 1991). Como exemplo de prevenção de conflito, lembro que a Neiva me colocou que conviviam com um vizinho que gostava de ouvir o som bem alto, a qualquer hora. Em um dado Círculo, o tema se direcionou para essa questão do sossego público. Estando a referida pessoa presente, os moradores foram comentando como o ruído alto impedia de terem um sono tranquilo e que afetava

principalmente os que tinham que levantar cedo, para trabalhar, no outro dia. Disse que daquele dia em diante, não tiveram mais problemas para dormir.

3.2 Círculos de Construção da Paz: compreendendo um pouco mais

Considerando que a metodologia utilizada para a aplicação do Projeto Bons Vizinhos foi a abordagem de processos circulares, denominada Círculos de Construção da Paz, é importante apresentar suas raízes:

As abordagens circulares entraram no campo da Justiça Restaurativa inicialmente através das comunidades aborígenes do Canadá. Para descrever o processo, o juiz Barry Stuart, em cuja vara um desses círculos foi reconhecido pela primeira vez através de sentença judicial, escolheu o termo “Círculos de Construção da Paz”. Hoje os círculos têm inúmeras aplicações (ZEHR, 2015, p.70).

Vale voltar ao Círculo do Projeto Bons Vizinhos no Condomínio Eldorado de número trinta e dois, do qual tive o prazer de participar. O último deveria ter sido o de número trinta, que contou com a presença dos facilitadores e também do Dr. Marcelo, coordenador do referido projeto, no entanto, a pedido dos moradores foram realizados mais dois Círculos. Então, dando início ao trigésimo segundo Círculo, o facilitador Francisco fez a seguinte pergunta: por que cada um estava ali? E passou o objeto da fala para quem estava ao lado dele. Foram várias as respostas, mas observei muitas manifestações de abertura aos vizinhos, de como se sentiam felizes em ter participado dos Círculos e da importância da continuidade dos mesmos, foram comuns a quase todas as falas. Na sequência, Francisco leu o texto de Khalil Gibran “Vossos filhos não são vossos filhos”. Explicou que o texto trazia uma metáfora para falar da relação entre pais e filhos e frisou que, por mais que doa, somos arcos para os nossos filhos e devemos lançá-los bem longe. Expôs que a metáfora também pode ser aplicada na relação de facilitadores e o grupo dos Círculos. E se referindo a ele e a Vilma, os facilitadores, declarou que vergaram os arcos, porque desejavam lançar os moradores muito longe, bem mais longe que o Eldorado, para que, no retorno, eles vissem que o Eldorado existe e é importante por causa deles! E disse que estavam felizes porque ouviram as seguintes frases: “até já fizemos um encontro sem os facilitadores”; “os Círculos não podem parar, tem que

continuar”; “vou sair de casa agora e vou lá no encontro”; “eu nem conhecia os meus vizinhos”; “eu achava minha vizinha tão metida”. E Francisco reforçou que o “lançar da flecha” já os deixava felizes.

Francisco fez uma segunda pergunta: o que aprendemos com nossos pais, que já ensinamos aos nossos filhos? E passou o objeto de fala, para que a pergunta fosse respondida por cada um que compunha o Círculo. A seguir, leu a Carta do Índio Chefe Seattle da tribo Suquamish²². Depois de ler a carta, foi adaptando-a ao contexto do Condomínio Eldorado, explicando-a de forma que cada um entendesse. Na sua fala foi perceptível a ênfase em relação à importância do pertencimento de cada um ao lugar, a importância de serem protagonistas a fim de tornarem o convívio no Condomínio Eldorado melhor para todos, a importância de se unirem para tomar decisões relativas ao Condomínio e a importância de continuar resolvendo os seus conflitos através do diálogo, como faziam nos Círculos de Construção da Paz.

Francisco passou então a falar sobre a importância de uma associação de moradores. Enfatizou que uma associação bem organizada é capaz de movimentar com o poder público, de movimentar com verbas. Uma moradora expôs que assistiu a uma reportagem na televisão, que exibiu uma associação de bairro que conseguiu construir um hospital para a cidade. Francisco reafirmou que quando as pessoas se organizam, elas alcançam seus objetivos.

Francisco perguntou: “por que o rompimento da barragem em Brumadinho nos comove tanto? E ele próprio respondeu: “porque estamos ligados, aquele sofrimento poderia ser o nosso, poderia ser com a gente”! Na história de cada um tem um pouquinho da história do outro. Quando nos abrimos aos outros é aí que nos tornamos mais gente! Vocês disseram coisas importantes: “ser do bem”; “não pegar o que é dos outros”; “ter coração puro e mãos limpas”, “ter fé”, “a mãe é agregadora”, “precisamos uns dos outros”, “fazer o bem sem esperar recompensa”, “pessoas devem ser respeitadas”, “fazer pelo outro enquanto ele está vivo”, “correção fraterna e reunião de família”. E disse que quando o Círculo

²² Carta do Índio Chefe Seattle da tribo Suquamish, do Estado de Washington (EUA) em 1854, em resposta ao governo deste país, após o mesmo ter proposto a compra do território ocupado por aqueles índios. Esta carta intitulada “Manifesto da Terra- Mãe” foi divulgada pela UNESCO em 1976, quando das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente.

toca as pessoas, ele acaba virando reunião de família. Manifestou que mais uma vez os moradores ensinaram, uns aos outros, “um montão de coisas”. Declarou que aquele Círculo queria ser um arco que lança uma flecha, que lança os moradores para a vida. Corroborou que quando as pessoas estão juntas, aí é que se tornam fortes e orientou que se quisessem fazer algo pelo Eldorado, que fizessem juntos e conseguiriam. Aconselhou a seguirem fazendo as reuniões, pois potencialmente poderiam fazer o que quisessem! E finalizou, dizendo: “sigam”!

Joel, assistente social do SENAC, avisou que a atividade dos Bons Vizinhos se encerrava ali, com 32 Círculos realizados, dois a mais do que o previsto, mas informou que outras atividades do Projeto Trabalho Técnico Social ainda teriam seguimento. Agradeceu à Neiva, por ter oferecido sua casa para o Projeto Bons Vizinhos, desde que a tenda voou. O Círculo se encerrou com um abraço coletivo, palmas e uma *selfie*! Enquanto as pessoas se despediam, foram servidos refrigerantes e bolachinhas.

Conforme mencionado por Joel, as atividades do Trabalho Técnico Social continuaram um pouco mais e foram concluídas com uma celebração, que contou com a presença de 40 moradores, do Dr. Marcelo Cabral, dos facilitadores da Justiça Restaurativa, Francisco Paiva e Wilma de Souza. Além de autoridades ligadas à Prefeitura Municipal de Pelotas. Nessa celebração, a Neiva, uma de minhas interlocutoras, por ter aberto sua casa para a continuidade do Projeto Bons Vizinhos, foi a grande homenageada.

3.3 Projeto Bons Vizinhos: pode ser efetivamente uma política pública de segurança?

Outra questão a ser analisada é se existe possibilidade de o Projeto Bons Vizinhos se tornar efetivamente uma política pública de segurança, de caráter democrático. Para tanto, se faz necessário entender o que é uma política pública de segurança. Para Luiz Eduardo Soares,

...não há política pública senão no âmbito do Estado democrático de direito, em que a Justiça toma a equidade como bússola, onde há

pluralismo e reina a liberdade, a despeito dos inevitáveis limites e de todas as contradições (SOARES, 2019).

Soares (2019) diz que a compreensão da conclusão acima é fundamental quando se trata da política pública voltada para a segurança. “Uma política focaliza, sobretudo, meios, processos e dinâmicas” (SOARES, 2019, p.104). Conforme discutido no capítulo 1 da presente dissertação, a polícia brasileira ainda se utiliza do modelo herdado do período da ditadura militar e esse modelo se torna um obstáculo ao desenvolvimento das dinâmicas de políticas públicas de segurança (SOARES, 2019). O autor manifesta que as políticas públicas de segurança que conseguem obter algum resultado positivo, são aquelas que se direcionam no sentido de minimizar os empecilhos impostos pelo modelo da polícia brasileira. Soares menciona que “tem ocorrido no nível municipal algumas das experiências mais ricas e exitosas no campo da prevenção da violência” (SOARES, 2019, p.104). Essas políticas públicas, que obtiveram bons resultados têm como principais características:

o investimento multisetorial, territorializado, nas áreas mais vulneráveis, criando condições para a proteção integral à criança, à família e à juventude, sobretudo por meio da articulação em redes locais dos serviços de saúde, educação, cultura, lazer, saneamento, habitação e infraestrutura urbana (SOARES, 2019, p.105).

Baseada na definição de política de Soares (2019) constato que o Projeto Bons Vizinhos é uma política, na qual seu meio é a Justiça Restaurativa, seu processo são os Círculos de Construção da Paz e a sua dinâmica está relacionada à iniciativa do morador de prevenir conflitos, através do diálogo. É política pública por ser uma ação desencadeada pelo Estado, que irá interferir na vida do cidadão. É política pública de segurança, porque o seu objetivo é prevenir conflitos e evitar processos judiciais. Seu caráter é democrático porque é plural e a agência fica a cargo dos moradores.

A seguir, relato uma experiência que reforça a possibilidade de o Projeto Bons Vizinhos se tornar efetivamente uma política pública de segurança e que também justifica minha afirmação, no capítulo anterior, de que a Glória aprendeu a utilizar o diálogo para resolver desavenças com os vizinhos. Glória me contou que, em certa ocasião, tomaram conhecimento da ocorrência de atos de furto e vandalismo, que vinham sendo realizados por alguns jovens da própria

comunidade do Eldorado. Com o conhecimento adquirido nos Círculos, sobre resolução de conflitos por meio do diálogo, as mulheres, dentre elas a Glória, decidiram chamar esses jovens para fazerem um lanche na casa da Neiva. No decorrer da conversa, expressaram para os jovens como se sentiam com o que andava acontecendo, por motivo do que eles estavam praticando, “*como aprendemos nas reuniões do Bons Vizinhos*”, salientou Glória. Disse que depois daquele encontro, os episódios pararam de acontecer e os jovens ajudaram os vizinhos na restauração e manutenção das praças do Eldorado. Na verdade, elas realizaram uma abordagem da Justiça Restaurativa: encontro entre vítima e ofensor, no qual, o mal praticado deve ser reconhecido e deve ser acordado um meio de reparação do erro, bem como combinar um plano de forma a impedir que aquela situação ocorra novamente. O encontro entre os jovens, no caso, os ofensores, e algumas mulheres da comunidade do Residencial Eldorado, no caso, as vítimas, permitiu que as mesmas pudessem falar de como foram afetadas pela ação cometida por aqueles que eram filhos da mesma comunidade e ainda expor para eles os prejuízos que sofreram, a fim de que os jovens percebessem o completo alcance das suas ações. Admitida a culpa, embora não tenha sido dada aos jovens a possibilidade de negar, pois as mulheres estavam cientes de que eram eles os executores dos atos, combinaram com os jovens que para reparar os danos que lhe causaram, ajudariam na conservação das praças.

Assim sendo, existe a possibilidade de o Projeto Bons Vizinhos se tornar efetivamente uma política pública de segurança, de caráter democrático, contribuindo juntamente com as demais ações vinculadas às estratégias de prevenção do Pacto Pelotas Pela Paz, tendo em vista que uma política para segurança pública não deve se limitar a ações policiais (SOARES, 2019).

3.4 Projeto Bons Vizinhos: limites e possibilidades

A experiência do Projeto Bons Vizinhos aponta limites e possibilidades, para o Residencial Eldorado ser um condomínio tranquilo. Na sequência apresento a visão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pelotas em relação ao Projeto Bons Vizinhos e a experiência das minhas interlocutoras.

3.4.1 Visão do CEJUSC

Há uma notícia no *blog* do CEJUSC/Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pelotas sobre a comemoração de encerramento do Trabalho Técnico Social, projeto este que apoiou a execução dos Círculos de Construção da Paz e ainda proporcionou a capacitação de moradores, através de diversos cursos.

Segundo a notícia, o Projeto Trabalho Técnico Social esteve presente no Condomínio Eldorado por treze meses. Na celebração de encerramento estiveram presentes em torno de quarenta moradores, que ouviram o Coordenador do Projeto Bons Vizinhos e Coordenador do CEJUSC, Juiz de Direito Marcelo Malizia Cabral, exaltar a capacidade de dialogar como um recurso favorável para promover boas relações e, portanto, um bom convívio.

Cabral elogiou o trabalho dos facilitadores, Francisco e Vilma, que também estavam presentes, e salientou que os mesmos se dispuseram a auxiliar os moradores, quando necessário. Todavia, Cabral – apostando no protagonismo dos moradores – disse que todos os que participaram dos Círculos da Paz do Projeto Bons Vizinhos haviam se tornado Agentes da Paz.

Usou esta denominação tendo em vista que cerca de um mês antes, em abril de 2019, a Secretaria da Habitação solicitou uma reunião para discutir sobre a continuidade ao Projeto Bons Vizinhos nos condomínios residenciais do Programa MCMV, porém com um formato diferente, já que não contariam mais com os recursos da Caixa Econômica Federal e, por conseguinte, também não contariam com a parceria do SENAC. Nessa reunião foram destacados os pontos positivos e negativos do Projeto Bons Vizinhos e, para a continuidade dos Círculos, foi acordada a participação de um representante da Secretaria de Habitação, com a função de levar as reivindicações dos moradores ao poder público.

3.4.2 Experiência da Neiva

A Neiva relatou que o Círculo de número 32 foi realmente o último, mesmo com tantas declarações demonstrando o desejo pela sua continuidade, não deram seguimento. Relatou também que a associação do bairro ainda não foi

criada. Manifestou que ela própria não quer, *é muita responsabilidade, muita preocupação, eu tenho problema cardíaco, já fiz cateterismo.*

No entanto, ela passou a conhecer muitas pessoas no período em que o Projeto Bons Vizinhos foi aplicado no Condomínio Eldorado, e, mesmo após o seu término, sua casa continuou sendo uma referência. E neste ano de 2020, no contexto da pandemia, sua casa foi referência, principalmente, para a assistência de famílias necessitadas. Além de doações esporádicas, ela recebe donativos do Projeto “Usina Feminista” e também do Joel, assistente social do SENAC, o qual quando toma conhecimento de alguém que tem algo a doar, encaminha essa doação para a Neiva. Algumas doações ela recebe em casa e entrega para as pessoas, para outras, conta com a parceria de um vizinho que tem uma caminhonete e cobra dela, pelo frete, um valor *bem baratinho* e já faz a entrega direto na casa de quem precisa. A Neiva me disse que essa é a caridade dela: pagar o frete para as pessoas. Relatou que além de cestas básicas, recebe também eletrodomésticos, roupas, calçados, móveis, todos usados, mas em bom estado de conservação.

Mesmo que a Neiva diga que a caridade dela é pagar o “frete baratinho”, observei que a ação onde há maior amor envolvido, a qual ela faz com tanto prazer, que nem percebe que também é um ato de generosidade, são as festas para as crianças do Condomínio. Para o evento, ela pede doações e conta com a colaboração das vizinhas e amigas na confecção de uma embalagem sugestiva à data, para entregar a cada criança com balas, doces e chocolates.

O primeiro evento realizado foi uma mateada, *que foi demais*, e em seguida uma festa para as crianças na Páscoa. No final da festa da Páscoa, teve um temporal. *Teve um pastor que disse que foi castigo, mas não foi, Deus segurou até o final da festa.* Fez o primeiro Natal, já o segundo foi muito legal, *ganhamos até a roupa do Papai Noel.* No início de 2019 já estava fazendo as cestinhas para a próxima Páscoa, aproveitou para pedir ajuda às vizinhas, tanto com donativos de caixas de leite, quanto com ajuda no trabalho. Constatei, através das fotos e dos vídeos que a Neiva me encaminhou, que as festas realizadas em 2019 foram bastante animadas! A criançada brincou e dançou, com muita alegria!

Em setembro de 2020, já estava organizando a festinha do dia das crianças, que por motivo da pandemia seria diferente: deu ranchos às famílias, bem como um agradinho para a criançada. As festas organizadas pela Neiva para as crianças não pararam nem na pandemia. Ela me disse que a festa das crianças desse ano, 2020, foi tão boa, que combinaram de sair fantasiados pelo condomínio, no *Halloween*.

A Neiva me falou que continua cuidando da praça, que fica bem próxima a sua casa, mas com o aprendizado que obteve nos Círculos de Construção da Paz, ela agora sabe que pode ligar para a Secretaria de Habitação e fazer suas reivindicações, portanto já solicitou a troca de um banco que está quebrado e alertou sobre um buraco no pavimento da rua próxima à referida praça.

3.4.3 Experiência da Glória

A Glória relatou que pensou em organizar uma associação de bairro no Condomínio Eldorado, mas constatou que os moradores estão com interesses diversos e falou: *“também tem outra, ou eu entro para resolver, ou deixo os outros resolverem”*. Além disso, depois que teve dois acidentes vascular cerebral, a família não quer que ela se envolva mais.

O que ela vê de forma mais viável do que a associação de bairros é o trabalho com os meninos. Essa é uma preocupação constante da Glória, pois tem netos adolescentes e crianças, e sabe que, nesta idade, o que o dinheiro do tráfico pode comprar pode ser bastante atrativo. Ressaltou que o tráfico já está no Eldorado há bastante tempo. Disse que tinha um menino no Condomínio, cuja mãe trabalhava e ele passava brincando na calçada com uns carrinhos. Para surpresa da mãe, o Conselho Tutelar recolheu a criança. Os traficantes tinham deixado droga nos carrinhos do menino e os compradores vinham, faziam que estavam brincando com a criança e pegavam a droga. A mãe ficou tão apavorada, que foi embora do Eldorado, com o filho.

Glória me disse que convidou os amigos dos netos para fazerem um lanchinho em sua casa e enquanto os guris comiam, ela foi conversando com eles, orientando para que ficassem afastados daqueles que, prometendo dinheiro fácil, poderiam levá-los à FASE (Fundação de Apoio Socioeducativo),

ao presídio ou até à morte. Conforme Zaluar (1985), o tráfico de drogas se traduz em uma opção para os jovens que, por diversos motivos têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Além de receber o dinheiro por serviços prestados, existe também a possibilidade de ascenderem na hierarquia da organização. Portanto, o temor de Glória não é sem fundamento, visto que o tráfico se tornou uma indústria poderosa, que recruta seus operários nas periferias do mundo.

Manifestou o desejo de organizar um evento para os adolescentes do Eldorado, com o mesmo objetivo do anterior, mas melhor estruturado. Pensava em pedir emprestado o espaço de uma igreja localizada no Condomínio para convidar o Dr. Marcelo, o qual poderia ir acompanhado de um(a) advogado(a) e um(a) psicólogo(a), para palestrarem para os meninos. E sorridente ressaltou: *Dr. Marcelo é muito bom nisso!* Logo em seguida, lembrou também do Francisco, o facilitador da Justiça Restaurativa, para palestrar. A preocupação da Glória com os meninos – os quais viu crescer no Condomínio, alguns são seus netos e os outros são amigos dos netos – aliada à sua facilidade de articulação, me remetem às palavras de Michel Agier.

E, para esse efeito, orientar o olhar não apenas sobre o que se perde nos espaços “da não cidade”, mas também sobre o que aí nasce. Que vida social, econômica, cultural, política emerge nos lugares mais precários e mais extraterritoriais, dando-nos exemplos de cidades em formação? (AGIER, 2011, p.39).

3.5 Projeto Bons Vizinhos é capaz de produzir um direcionamento ético na construção de uma pessoa moral?

Propus investigar a capacidade de o Projeto Bons Vizinhos produzir um direcionamento ético em favor da construção de uma pessoa moral comprometida com sua coletividade. Para tanto, se faz necessário expressar o que entendo por ética e moral. Conforme Segato (2006), a ética é o que nos faz desconfiar da moral que adotamos, ou seja, nos faz refletir sobre quais princípios estão norteando nosso comportamento e se este está nos conduzindo à essência da moral ou se estamos nos deixando amoldar pelo moralismo existente em nossa sociedade.

Entendidos os significados de ética e moral, busco em Ortega (2011) o que vem a ser uma pessoa moral

...as pessoas morais são capazes de julgar, avaliar e compreender-se. Suas atitudes, crenças, disposições, emoções, expectativas, objetivos, desejos formam uma moldura de significados (ORTEGA, 2011, p.261).

Para Luciano Ortega (2011) a forma pela qual a pessoa moral entende o mundo é o que vai determinar sua ação, sua percepção e sua interação. Em posse desses conhecimentos, começo a desenvolver argumentos que me permitam analisar se o Projeto Bons Vizinhos foi capaz de produzir uma pessoa moral comprometida com sua coletividade. Além de uma visão de mundo que favoreça à alteridade, entendo que a produção de um direcionamento ético em favor da construção de uma pessoa moral passe necessariamente por uma abertura pessoal, para possibilitar o entendimento e a aceitação do que foi compartilhado nos Círculos como proposição de mudança comportamental, alusiva à resolução de conflitos. Por exemplo, o que antes se resolvia no grito e, talvez, até na pancada, com a instauração de um novo comportamento passe a ser resolvido pelo diálogo.

Embora a capacidade de mudar seja algo intrínseco a cada pessoa, decidi buscar em Zygmunt Bauman, uma reflexão sobre processos de mudanças na contemporaneidade. O autor chama de “modernidade líquida” (BAUMAN,2009) as incoerências da sociedade pós-moderna, tempo em que as regras do mercado, antes dedicado às relações do sistema produtivo, passaram a nortear também as relações humanas, tempo em que tudo se torna obsoleto rápido demais (BAUMAN,2009). Bauman, com outras palavras, explica que os fatos acontecem, as pessoas tomam conhecimento, mas suas causas, suas consequências e os valores que podem estar associados ao fato não chegam a se sedimentar, de forma a interferir no modo de pensar delas, e já são rapidamente substituídos por outros novos fatos. Segundo o autor, isso impossibilita que “a experiência se cristalice” (BAUMAN, 2009, p.85).

Assim sendo, apresento o meu primeiro argumento: considerando que, mesmo tendo se passado mais de dez anos desses escritos de Bauman, ainda estamos sob a vigência de relações fluidas, líquidas, geridas pelas regras do mercado do sistema capitalista, ou seja, ainda estamos sob o reinado da

“modernidade líquida” (BAUMAN, 2009), por conseguinte as relações interpessoais continuam sendo perpassadas pela transitoriedade e pelo individualismo, panorama no qual as experiências dificilmente são convertidas em mudanças (BAUMAN, 2009). O meu segundo argumento é de ordem quantitativa, visto que o percentual dos moradores que participaram dos Círculos, comparado ao número de residências do Condomínio Residencial Eldorado, não chegou a 3%. Considerando também que quanto menor o grupo atingido pelo Projeto Bons Vizinhos, menores são as chances de se encontrar alguma pessoa predisposta a abraçar a proposta do Judiciário, efetivada por meio do referido projeto, concluo então, que é pouco provável que o Projeto Bons Vizinhos tenha produzido um direcionamento ético em favor da construção de uma pessoa moral comprometida com sua coletividade.

Entretanto, embora o cenário não fosse favorável a mudanças de comportamentos e o alcance relativo à frequência dos moradores tenha sido muito pequeno, entendo que o desenvolvimento do Projeto Bons Vizinhos revelou algumas lideranças entre os moradores que participaram dos Círculos. Destaco as minhas interlocutoras, a Neiva e a Glória, cada qual, motivada por sua sensibilidade social, embora individualmente, com diferentes focos, demonstra o comprometimento com fragmentos do coletivo do Condomínio Eldorado. Portanto, digo sim, o Projeto Bons Vizinhos produziu um direcionamento ético em favor da construção de uma pessoa moral, comprometida com sua coletividade.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou compreender como se constituiu o Projeto Bons Vizinhos, proposto pelo CEJUSC com o objetivo de difundir uma cultura de paz, por meio dos Círculos de Construção da Paz, entre os moradores do Condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida Residencial Eldorado. No primeiro capítulo discorri sobre o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, a questão da segurança pública e o Projeto Bons Vizinhos alicerçado na Justiça Restaurativa. No segundo capítulo procurei entender o Condomínio Residencial Eldorado pela perspectiva de minhas interlocutoras, bem como as relações por elas estabelecidas antes e depois da aquisição da casa própria. No terceiro capítulo busquei compreender de que forma o Projeto Bons Vizinhos foi assumido pela comunidade, tal como as limitações e as viabilidades de sua proposta. Para a construção dos capítulos foi necessário um aprofundamento em diversos temas, alguns bastante relevantes, a respeito dos quais exponho a seguir minhas conclusões.

Relativo ao Programa Minha Casa Minha Vida é importante dizer que coube à Caixa Econômica Federal (CEF) a “análise de projetos, bem como a contratação de obras e medição de etapas finalizadas” (KLINTOWITZ, 2015, p.168). Ao poder público, tangeu apenas estruturar e financiar, pois os repasses eram feitos diretamente às construtoras. As construtoras (iniciativa privada) foram incumbidas do fomento, dentro das exigências do Programa, bem como do cômputo do custo da unidade habitacional. As construtoras ainda decidiam qual a cidade que receberia o programa, qual o terreno desta cidade, o projeto e o número de unidades habitacionais que seriam construídas. Fazia parte de suas atribuições também submeter o projeto à apreciação de organismos competentes, porém, depois de aprovado, a construtora vendia tudo para a CEF, sem nenhum gasto e nenhum risco.

Sendo a área que receberia o programa MCMV decidida pela construtora, logicamente que a escolha levaria em consideração os interesses da mesma, interesses esses que dificilmente coincidiriam com os dos beneficiários. Para os beneficiários, por exemplo, é relevante a existência de equipamentos urbanos básicos nas áreas escolhidas para instalação dos conjuntos habitacionais. No

entanto, nas proximidades de muitos deles o que há é a ausência de postos de saúde, creches, escolas de ensino fundamental e médio, entre outros equipamentos necessários à prestação de serviços para a comunidade (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Observando os relatos de minhas interlocutoras foi possível identificar que as possibilidades de acesso aos equipamentos urbanos se mantiveram praticamente as mesmas, em comparação com a vida que levavam antes de da mudança de residência para o Condomínio Eldorado, pois já moravam em áreas de margem, uma vez que faziam parte do grupo que foi excluído do acesso a uma residência digna, desde que a terra e a moradia foram transformadas em mercadoria (Monteiro; Veras, 2017). Trocou o local da residência, mas o terreno foi selecionado de forma a ter baixo custo para a construtora e, assim sendo, a escolha recai naqueles inabitados, mais distantes das áreas de interesse da elite, de baixo interesse para o capital imobiliário e, por conseguinte, naqueles que vão dificultar a continuidade das relações de parentesco e romper com os vínculos da antiga vizinhança. E esses não são problemas menores, tendo em vista que as relações de parentesco e vizinhança são fundamentais para a reprodução da vida da população de baixa renda. Michel Agier (2011) diz que a concepção de moradia para esses grupos é estendida, que extrapola o âmbito doméstico, e isso ocorre exatamente porque necessitam de um mútuo apoio, considerando que convivem diariamente com a insegurança em relação ao trabalho, ao sustento e à moradia. Essa instabilidade vai condicionando a vida dessas pessoas a ponto de estarem sempre prontos a recomeçar a vida em um novo lugar.

Embora a “implicação situacional” (AGIER, 2011, p.89) tenha permanecido a mesma, o que na verdade mudou foi a aquisição da casa própria. Essa conquista significou o sonho realizado, foi a grande transformação na vida dessas mulheres! Tendo presenciado a alegria da Neiva e a tranquilidade da Glória por morarem em suas casas próprias, eu ressalto a importância de políticas públicas para a habitação como o Programa Minha Casa Minha Vida, para garantir o acesso a uma moradia digna a pessoas de baixa renda.

Outro aspecto que considero significativo foi o fato de o Projeto Bons Vizinhos ter integrado o eixo da prevenção do conjunto de estratégias Pacto

Pelotas Pela Paz e também o eixo de Mobilização, Organização e Fortalecimento Social do Projeto Trabalho Técnico Social, atuando, no primeiro, como uma política direcionada à segurança pública, prevenindo conflitos. E no segundo, como um alicerce para o estabelecimento, estreitamento e revigoração das relações entre vizinhos. Soares (2019) expressa, com outros termos, a ideia de que a política pública de segurança para ser coerente deve imiscuir-se na realidade social, para fins de agregar seguridade. De forma semelhante, o Projeto Bons Vizinhos interveio na vivência real dos moradores do Eldorado, proporcionando aos que participaram dos Círculos a aproximação aos demais e sua respectiva interação, com a finalidade de alcançar a redução e resolução de contendas. A inserção do Projeto Bons Vizinhos no Pacto Pelotas Pela Paz me levou a assistir ao vídeo da audiência pública, que me fez perceber a truculência nas práticas policiais e entender, a partir das convicções de Luiz Eduardo Soares (2019), como estas se inserem no contexto da ditadura militar e, portanto, como se faz urgente a desmilitarização. Reforço aqui a esperança de que venhamos a ter um policiamento que se coloque a serviço da comunidade, no sentido de assegurar a todos os direitos que lhe são garantidos por lei. Considero que se houver um investimento maior para o eixo da prevenção social, podendo ser estendido às demais áreas da cidade, certamente diminuirá a demanda do eixo de policiamento e justiça.

Os Círculos de Construção da Paz são um tipo de abordagem da Justiça Restaurativa e constituíram a metodologia do Projeto Bons Vizinhos. Tal abordagem requer que o grupo se acomode em forma circular, propiciando que todos se enxerguem. Depois de assentados, é passado um objeto de mão em mão, o qual confere poder de fala a quem o segura e dever de escuta ao restante do grupo. Mas o sentar em forma circular permite que se vá além de escutar quem fala, oportuniza que se observe o que não é pronunciado, mas o que é dito através do gesto, do olhar, do sentimento expresso. As conversas que se constituem em um ambiente circular, revelam afinidades, constroem amizades e desenvolvem afeto e empatia. Os Círculos de Construção da Paz promoveram a aproximação de moradores que, embora próximos espacialmente, estavam distantes socialmente. Eu ouvi, no Círculo que presenciei, uma moradora dizer:

eu nem queria me aproximar de ninguém, para não vir a ter problemas. Outra disse: *eu achava a minha vizinha muito metida.* Segundo Farias e Pinheiro (2013), na atualidade, algumas dimensões da vida humana estão se desenvolvendo de forma individual e virtual, sendo evitadas situações de proximidade com o diferente e rejeitadas experiências que se abram ao coletivo. Portanto, mesmo que o alcance do Projeto Bons Vizinhos tenha sido muito pequeno em relação à totalidade dos moradores do Condomínio, se considerarmos a importância da criação de algumas redes de apoio²³ social, presumo que esse fato já traz em si um resultado positivo.

Percebi que os moradores que participaram dos Círculos de Construção da Paz não seguiram a orientação do facilitador Francisco, tanto no tocante à continuidade dos Círculos, quanto ao “fazerem juntos”, pois as iniciativas das minhas interlocutoras, das quais tomei conhecimento, e mencionei no terceiro capítulo, estão sendo pensadas e desenvolvidas de forma isolada. No entanto, embora suas ações se desenvolvam isoladamente, elas planejam reivindicações e estimulam formas de organização da moradia muito estruturadas na personalidade. A princípio, parece apenas um ato individual simplesmente, mas na verdade são ações constituídas, por meio de relações de parentesco e vizinhança, que conferem legitimidade para elas representarem suas comunidades junto aos agentes públicos. O prestígio delas vai reforçar essa legitimidade. Dessa forma, é possível captar uma prática de organização e luta pelo direito de habitar na trajetória de vida de ambas.

A fragilidade do Projeto Bons Vizinhos parece estar na sua continuidade, tarefa que foi atribuída às lideranças da comunidade, mas sem ser dado o apoio necessário, tanto em termos de estrutura quanto de pessoal, a fim de que pudessem dar continuidade ao processo de resolução de conflitos. Observa-se que o aporte de estrutura física para os encontros foi mantido enquanto perdurou o contrato com o SENAC.

²³ ...as menções às redes de suporte social foram comumente atreladas a expressões como confiança, união, cuidado, o que indica o componente afetivo presente em vizinhanças nas quais a dinâmica social é mais intensa” (FARIAS e PINHEIRO, 2013).

O presente trabalho, ao pesquisar o Projeto Bons Vizinhos, teve o escopo de compreender melhor a proposta da Justiça Restaurativa. Destaco, a seguir, algumas contribuições, contidas nos conteúdos desenvolvidos nos capítulos anteriores, que concorreram para melhor elucidar meu entendimento a respeito da Justiça Restaurativa. Tomei ciência da legislação que recomenda a aplicação da Justiça Restaurativa na esfera penal. Entendi que nem todos os casos são suscetíveis de serem resolvidos através de abordagens restaurativas, visto que existem situações em que o ofensor não admite sua culpa e/ou a vítima não se sente em condições de ficar frente a frente com o mesmo, como nos crimes hediondos. Aprendi que a Justiça Restaurativa se mostra como uma opção menos formal para a justiça, facilitando o acesso à mesma e diminuindo o tempo de resposta às ações judiciais. E especificamente em relação à abordagem dos Círculos de Construção da Paz, observei que a política da Justiça Restaurativa vem atuar sobre vínculos que já existem, na tentativa de reforçá-los, ampliando a perspectiva da importância das relações comunitárias constituídas no diálogo e na construção de acordos entre as pessoas.

Atualmente, ouço muitas vozes clamando por justiça, por conta da criminalidade que aumenta a cada dia em nosso país, problema proveniente das “desigualdades abissais” (SOARES, 2019, p.179). No entanto, percebo que o que na verdade desejam não é justiça, mas sim vingança. A justiça punitiva, muitas vezes, vai punir aquele a quem a vida já vem punindo severamente. Isso seria realmente justo? Por outro lado, a Justiça Restaurativa visa reparar o mal causado à vítima, mas também dar uma oportunidade de que o malfeitor corrija sua conduta, ou seja, a Justiça Restaurativa propõe restaurar ambas as partes envolvidas. No meu ponto de vista, isso sim é justo.

Referências Bibliográficas

AGIER, M. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos.**

Tradução Graça Índias Cordeiro. Editora Terceiro Nome, 2011.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz (orgs.). **Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARAÚJO, Sara. O primado do direito e as exclusões abissais: reconstruir velhos conceitos, desafiar o cânone. **Sociologias** [online]. 2016, vol.18, n.43, pp.88-115. ISSN 1807-0337. < <https://doi.org/10.1590/15174522-018004304>> Acesso em 11 out.2020.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed UFMG, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida.** Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016. **Diário da Justiça eletrônico/CNJ**, nº 91, de 02 junho 2016, p. 28-33.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/art_142_.asp> Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 561, de 8 março 2012. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 8/3/2012, p. 1.

BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. Portaria 464, de 25 de julho de 2018. Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 julho 2018. Edição 143, Seção 1, p.71.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu** [online]. 2007, n.29, pp.91-109. ISSN 1809-4449. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a05n29.pdf> > Acesso em 04 set. 2020.

CABRAL, Marcelo Malizia. Judiciário e Comunidade construindo a paz social. **Prêmio Innovare**, Pelotas, 13. ed., 2016. Disponível em: <<https://premioinnovare.com.br/pratica/judiciario-e-comunidade-construindo-a-paz-social/print>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Edusp, 2000. 400p.

CANESQUI, A.; GARCIA, R., orgs. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. **Antropologia e Saúde collection**. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876.pdf>> Acesso em 20 mai.2020.

CARDOSO, Bruno Luan Dantas. **Para uma gestão social no programaminha casa, minha vida: reflexões acerca da organização comunitária em empreendimentos da faixa 1**. 2015. 40f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CASTRO, Mary Garcia. "**Feminização da pobreza**" em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho** <<http://cdn.fee.tche.br/mulher/2001/artigo6.pdf>> Acesso em 26 fev. 2020.

COMARU, T; GOLDANI, M. Os Direitos da Criança Hospitalizada no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. **Revista HCPA**. Porto Alegre, v.24, ago./dez. 2004.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Tradução M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FARIAS, T.; PINHEIRO, J. Vivendo a vizinhança: interfaces pessoa-ambiente na produção de vizinhanças "vivas". **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2013.

FERREIRA, Geniana; GAZOTTO, et al (2019). Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. **urbe. Revista**

Brasileira de Gestão Urbana, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001>>. Acesso em 11/05/2019.

FONSECA, Claudia. **O anonimato no texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia feita em casa**. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v.2, n.1-2, 2008.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. 3. ed -São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p. 50-59, mai.- ago., 2005.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia USP**, v.13, n.2, São Paulo, 2002.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, vol.14, no.2, São Paulo, May/Aug. 2005.

FONSECA, Cláudia. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. - 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma e identidade social**. In: Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

Home Pastoral Carcerária (CNBB). Disponível em: < <http://carceraria.org.br/>>. Acesso em: 15set. 2019.

KLINTOWITZ, D. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista? **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 165-190, abr 2016.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade. **Etnográfica**, v.18, nº 3, Lisboa, 2014. Disponível

em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612014000300004 > Acesso em 04 set. 2020.

MAGALHÃES, Inês. Minha Casa, Minha Vida em risco? **Revista Fórum**, 2016. Entrevista concedida a Marco Piva. <<https://www.revistaforum.com.br/minha-casa-minha-vida-em-risco/>> Acesso em 18 abr. 2019.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. 2003.pdf. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3012986/mod_resource/content/0/Mauss_Marcel_Sociologia_e_antropologia_2003.pdf> Acesso em 25 jul. 2019.

MOLINARO, C.A. Dignidade, Direitos Humanos e fundamentais: uma nova tecnologia disruptiva. **Revista Bioética y Derecho**, nº 39, Barcelona, 2017. http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1886-58872017000100007. Acesso em 19/10/2020.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A Questão Habitacional no Brasil. Mercator (Fortaleza). v.16, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012017000100214 > Acesso em 05 set. 2020.

OLIVEIRA, Marcela Beraldo. Justiça do diálogo: Uma análise da mediação extrajudicial e da 'produção de justiça'. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4. nº 2, abr/jun 2011 - pp. 191-228. Disponível em <<https://revistas.ufjr.br/index.php/dilemas/article/view/7230/5817>> Acesso em 03 abr. 2020.

ORTEGA, Luciano Correa. O conceito de pessoa moral como critério para análise do aborto provocado: considerações interdisciplinares. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PEREZ, Clotilde; BAIRON, Sérgio. Universos de sentido da população de baixa renda no Brasil: semânticas da estabilidade, da ascensão social e da mobilidade. **Matrizes**, Ano 7, nº 2, jul/dez 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69413/0> > Acesso em 17 mai 2020.

PREFEITURA DE PELOTAS. **Pacto Pelotas pela Paz**. Disponível em:
<<http://www.pelotas.rs.gov.br/pacto/>>. Acesso em 24 mai. 2019.

Projeto Trabalho Técnico Social muda vidas nos residenciais Minha Casa Minha Vida. DIÁRIO DA MANHÃ. Pelotas, 24 abr. 2018.

RABASSA, Adriana. Projeto Bons Vizinhos chega ao Residencial Eldorado. Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br/noticia/projeto-bons-vizinhos-chega-ao-residencial-eldorado>> Acesso em 06 jun.2020.

ROMANELLI, G.; BEZERRA, N.A. Estratégias de Sobrevivência em Famílias de Trabalhadores Rurais. **Paidéia**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v9n16/08.pdf>> Acesso em 05 ago. 2019.

SALAGNAC, Amanda et all. **Análise do Conjunto Residencial Eldorado**. 2012. 42f. Trabalho Acadêmico (Disciplina de Teoria do Urbanismo II) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naurb/files/2016/05/174.pdf>. Acesso em 01 mar. 2019.

SARTI, Cynthia. A Família como Ordem Simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v.15, n.3, p.11-28, 2004. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42289>> Acesso em 15 ago. 2019.

SARTI, Cynthia. Contribuições da Antropologia para o Estudo da Família. **Psicologia USP**, São Paulo, v.3, n.1-2, p.69-76. 1992. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34459>> Acesso em 16 ago.2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, R. *et al.* Tecnologia Social: uma política pública para o desenvolvimento social. Cadernos dos CEAS: Revista crítica de humanidades, Salvador, Bahia, n.231, 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/88/69>>

Acesso em 14 set. 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. 1. ed – São Paulo: Boitempo, 2019.

SCHUCH, Patrice. **Tecnologias da não-violência e modernização da justiça no Brasil**: o caso da Justiça Restaurativa. Civitas, Porto Alegre, v.8, n.3, p. 498-520, setembro/dezembro de 2008. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/209207287.pdf>> Acesso em 24 fev. 2020.

SCHUCH, Patrice; VÍCTORA, Ceres Gomes; SILVA, Sérgio Baptista. As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 24, n.50, p.7-24, janeiro/abril 2018.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento₁ de expansão dos direitos universais. Mana, vol.12 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100008 Acesso em 11 out. 2020.

_____. **A segregação urbana e a justiça**. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, Ano 11, Nº 44, p. 341-346, julho/setembro de 2003. Disponível em <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2019.

SILVA, André Luis; FREITAS, Maria Ester de. Para além dos critérios econômicos do trabalho de baixa renda no Brasil. o&s - Salvador, v. 23, n. 76, p. 037-056, Jan./Mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v23n76/1413-585X-osoc-23-76-0037.pdf> Acesso em 29/06/2020.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. Produção e consumo social da beleza. Horizontes antropológicos. v.7 nº.16 Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200011> Acesso em 13 mai. 2020.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo César; BICHIR, Renato Mirandola. Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial. In:

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas/SP: Nepo/Unicamp, 2006.

VILLAÇA, F. **São Paulo segregação urbana e desigualdade**. Estud. av. vol.25 no.71 São Paulo Jan./Apr. 2011.<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100004>>. Acesso em 21 abr. 2019.

YACCOUB, Hilaine de Melo. **Atirei o pau no 'gato' Uma análise sobre consumo e furto de energia elétrica (dos "novos consumidores") em um bairro popular de São Gonçalo** – Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2010.

ZALUAR, A. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n.35, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300003> Acesso em: 15 jul.2019

ZALUAR, A. **A Máquina e a Revolta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1985.

ZALUAR, A. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ZALUAR, A.; RIBEIRO, A.P. Teoria da eficácia coletiva e violência. O paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, nº 84, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200010> Acesso em 19 jun. 2019.

ZEHR, H. **Justiça Restaurativa**. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2015.